

João Roberto Moreira Alves

Desenvolvimento da Educação

Volume 2



Instituto
de Pesquisas
e Administração
da Educação

João Roberto Moreira Alves

Desenvolvimento da Educação



Instituto
de Pesquisas
e Administração
da Educação

Volume 2

2021

Dedico esse livro aos nossos filhos, Roberto e Eduardo, importantes seguidores de ideais no campo da educação.

Ficha Técnica

Desenvolvimento da Educação volume 2

Publicação eletrônica do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Exemplar arquivado na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISBN (International Standard Book Number) conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Copyright - É proibida a reprodução do conteúdo desta edição em qualquer meio de comunicação, eletrônica ou impressa, sem autorização escrita.

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Coordenação Editorial – Aurora Eugênia de Souza Carvalho

Edição e Administração

Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
Av. Rio Branco, 156 – Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil
(21) 3905-0964 // <http://www.ipae.com.br/> - e-mail: ipae@ipae.com.br

Perfil institucional

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Atua nas áreas de Administração da Educação, Informações Educacionais, Direito Educacional, Tecnologia em Educação, Educação a Distância e Pesquisas Educacionais.

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvimento da Educação. (2021)
Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação
Publicação eletrônica do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação
1.Educação contemporânea - Rio de Janeiro - volume 2



Instituto
de Pesquisas
e Administração
da Educação

O autor

João Roberto Moreira Alves nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1949. Filho de professores, sempre se dedicou ao desenvolvimento da qualidade da educação.

E formado em Ciências Jurídicas e Sociais e Administração, e pós-graduado em Direito Empresarial e Gerência.

Criou, juntamente com sua esposa e colaboradora nos empreendimentos, Ellen Desiderati Alves, em 1973, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, o qual preside, desde o início.

No campo da Educação a Distância, vem se dedicando desde 1981, quando – através de sua instituição – foram iniciados os primeiros programas voltados para capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a educação.

Visitou diversos países para pesquisas e estudos e participou de dezenas de eventos nacionais e internacionais.

Foi iniciador dos Encontros Nacionais e Congressos de Educação a Distância no Brasil. Foi um dos fundadores do CREAD – Consórcio-Rede de Educação a Distância e da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância.

Integra a Diretoria da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e de diversas entidades ligadas à educação e a movimentos sociais.

É autor de vários livros e artigos publicados e veiculados em diversos periódicos.

Coordena programas de desenvolvimento da liderança de Lions Internacional.

É Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE) e ex- Presidente da Associação Brasileira de Direito Educacional (ABRADE), e da ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e Ex Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância

Índice

Prefácio	7
Apresentação	8
A educação nos planos de governo	9
Os reflexos do uso do vídeo na educação brasileira	12
As publicações abertas e sua influência no mundo moderno e sem fronteiras	13
A base tecnológica para o desenvolvimento da Educação	15
As políticas públicas e privadas da educação no Brasil	17
A multiplicidade de entidades representativa na educação brasileira	20
Saídas para a massa carcerária - uma nova visão para os presos brasileiros	22
Os desperdícios na educação brasileira	25
As universidades e sua contribuição para o desenvolvimento das nações	28
Avaliação da educação: das diretrizes constitucionais à complexa sistemática criada por normas complementares	30
A participação estudantil nas atividades políticas	34
Do imposto da cachaça à loteria educacional: a eterna busca de recursos para financiar o ensino público	36
Os 100 anos da Educação no Brasil	37
Os Centros Universitários no cenário do Direito Educacional	39
Qual o futuro para as escolas no Brasil?	42
Centros Universitários: dez anos de uma experiência positiva na educação brasileira	44
Tendências da educação brasileira em 2018	45
Os programas de alfabetização brasileiros	47
A contribuição das escolas particulares para o desenvolvimento brasileiro	49
Grandes Eventos Educacionais	51
A Responsabilidade do Poder Público para o Desenvolvimento da Educação Brasileira	52
Os Planos para a Educação Nacional	54
Violência Escolar	56
A Imprescindível necessidade de valorização do professor como Instrumento para o Desenvolvimento Brasileiro	59
Apoio a Juventude	61
Educação Superior a Distância	62
A educação e os desafios do novo governo	63
A Modernização das Instituições de Educação como fator de competitividade	64
Perspectivas da educação nacional	66
A educação e o cenário político brasileiro	68
A avaliação da qualidade da educação	70
A Educação com base para o desenvolvimento	74
Avaliação da qualidade do Ensino	77
Educação a Distância	79
As Diretrizes Orçamentárias e seus reflexos na Educação	81

Prefácio

Os avanços, estagnações e retrocessos da educação brasileira sempre foram acompanhados por estudiosos que analisam as práticas vivenciadas em nosso país, permitindo um estudo comparado das políticas públicas e suas consequências tanto na educação estatal, de todos os níveis, como nas levadas a efeito pela iniciativa privada.

Dentro desse princípio o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, entidade criada em 1973 e com atuação em todo o território nacional, registra os fatos através de um amplo Sistema Integrado de Informações Educacionais.

No conjunto de periódicos do Sistema consta a Carta Mensal Educacional que representa um comentário sobre um assunto relevante da época.

Considerando serem publicações esparsas resolvemos editar livros eletrônicos, que possibilitam a reunião dos textos, facilitando a leitura e disseminação.

O primeiro dessa série foi contemplou um determinado período e esta edição abrange uma outra etapa.

Esperamos que os registros possam ser úteis para que se tenha um acompanhamento de fatos da educação no Brasil.

Apresentação

O presente trabalho contempla reflexões sobre o desenvolvimento da educação no Brasil.

Sintetiza as edições das Cartas Mensais Educacionais que foram publicadas pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2016.

Os textos são frutos de pesquisas feitas ao longo dos anos e que registram avanços, estagnações e retrocessos da educação brasileira.

Refletem as políticas públicas para o setor e bem assim as iniciativas dos gestores e demais profissionais que atuam nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e superior.

Muitos temas são analisados possibilitando que os estudiosos da educação e outros ramos das ciências sociais possam se valer para defesa de suas teses e dissertações sobre o nosso País..

A educação nos planos de governo

A educação sempre foi considerada prioridade absoluta em todas as propostas de candidatos no Brasil quer a nível federal, como estadual ou municipal.

Postulantes a cargos nos Poderes Executivo ou Legislativo anunciam projetos de diversas espécies e assumem compromissos públicos junto à sociedade, entretanto, em muitas das vezes, ficam só as promessas.

As últimas legislaturas mostraram pouquíssimos projetos de lei voltados para o desenvolvimento da qualidade na educação. As iniciativas de Senadores, Deputados Federais e Estaduais não chegaram a ter um amplo debate interna ou externamente nas casas legislativas e raros foram os que se transformaram em norma imperativa. Por sua vez o Executivo acaba criando dentro de suas esferas de competência ações temporárias sem continuidade por seus sucessores, consumindo vultosos recursos públicos obtidos por tributos cobrados da população ou por empréstimos internacionais, cuja conta acaba também sendo paga pelos brasileiros.

Normalmente não são previamente aferidos os resultados possíveis dos investimentos. O custo/benefício deveria ser mensurado antes de iniciar os gastos.

O desperdício de recursos humanos e financeiros tem sido marca registrada de ações em muitos governos, com altíssimas e graves conseqüências para a sociedade.

Falta ao Brasil um macro-programa para a educação, com projetos específicos em todos os níveis e modalidades de ensino. A hora de mudanças, sempre anunciada, chegou e cabe aos cidadãos, através de seus representantes no Congresso Nacional e por meio das entidades da sociedade civil, propor medidas concretas e não se omitir, aguardando que saiam dos gabinetes novos experimentos para se ver, depois, se deu certo ou não. O projeto de lei do Plano Nacional de Educação, que começa a tramitar na Câmara dos Deputados, poderá ser uma excelente oportunidade para se forçar as mudanças.

Estamos pagando um preço alto pelas ações dos responsáveis pela pasta da educação. Normalmente são pessoas bem intencionadas, contudo, a pequena premência de tempo, não permite um diagnóstico preciso do quadro nacional.

As urgência das medidas induz quase sempre a erros e a adoção de processos sem uma base científica provoca outras falhas.

Mostrar resultados quantitativos é importante, em termos de políticas públicas, contudo aferir a qualidade é mais do que imprescindível para um verdadeiro ingresso na modernidade.

Um dos fortes agentes influenciadores do quadro educacional brasileiro de hoje é a constante mudança dos ministros encarregados pelo setor. No Primeiro Reinado, que compreendeu o período de 1822 a 1831 (9 anos), tivemos 17 ministros; no Segundo Reinado, de 1831 a 1889 (58 anos), foram 68 e na República (1889 até hoje) se passaram 121 anos, com 80 ministros. No conjunto, em 188 anos de independência política, foram 168. Representa a média assustadora de 1,12 ministro/ano. Gustavo Capanema e Paulo Renato Sousa foram os dois que mais permaneceram no poder (12 e 8 anos, respectivamente); caso retirássemos o período de ambos nossa marca seria de menos de um titular por ano.

O que é mais grave é que cada ministro procurou desenvolver o "seu" projeto, buscando a consagração pessoal e/ou o bem da sociedade; alguns, ao término de seus tempos, partiram para prestar consultorias ou ingressaram no Legislativo; outros, caíram no absoluto anonimato e muito poucos voltaram à atividade

acadêmica ou política-partidária.

Podemos afirmar, com absoluta convicção, que não temos ainda um Programa Educacional Brasileiro. Possuímos vários projetos, sem segurança de continuidade, eis que ficam à mercê da decisão dos próximos ocupante do posto.

A educação de um país não se faz com medidas transitórias; depende de compromissos de todos e de um amplo respaldo político.

Na Grécia Antiga, antes de se resolver os aspectos técnicos, solucionavam-se as questões políticas. Face a isso, sua hegemonia perdurou por diversos séculos. Xenofonte, escritor e discípulo de Sócrates, que viveu em 400 a.C., já afirmava que "menos dano sofre uma casa da falta de escravos do que da desordem causada pelos serviços incompetentes."

Há quem defenda soluções drásticas para o setor. O fim do Ministério de Educação já foi apresentada como forma salutar de solução de problemas educacionais de nosso país. Em 1906, o então Ministro José Joaquim Seabra, afirmava que "O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível será aboli-lo de vez".

Temos que reconhecer que a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, permitiu avanços significativos ao transferir para as escolas a responsabilidade de criar e desenvolver seus projetos pedagógicos. A liberdade chegou aos estabelecimentos de ensino, entretanto, muitas medidas restritivas têm sido impostas pela burocracia estatal, encontrando um terreno fértil pela cultura do "esperar e regulamentação" daquilo que a lei maior diz que é autonomia didática.

Vários governos estaduais esperaram os planos federais e, por sua vez, impuseram aos municípios uma igual postura.

Os Sistemas de Educação (Federal, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios) são independentes; a articulação é salutar mais não é grau recursal do outro, isto é, as decisões de um não podem ser revistas pelos demais.

O último Plano Nacional de Educação, aprovado por lei federal em início de 2001, resultou de estudos feitos 1998 para traçar os destinos da educação brasileira para dez anos. O longo período de tramitação da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, aliado ao detalhismo exagerado e aos vetos do Executivo, o tornaram obsoleto precocemente.

Temos agora um novo projeto e devemos evitar que ocorram os mesmos erros. Temos que depositar esperanças para que o mesmo seja o elemento que alavancará profundas mudanças para atingirmos patamares maiores do progresso.

O Brasil do século 21, comprometido com a redução do abismo tecnológico que separa as nações industrializadas dos países em desenvolvimento, bem como com o resgate da enorme dívida social acumulada ao longo dos anos, necessita de programas de longo prazo, elaborado com base em sólidas informações e desenvolvido sem eufemismos.

É preciso, acima de tudo, haver um pacto de respeito às iniciativas, públicas ou privadas, onde a liberdade de aprender e de ensinar sejam consagradas. Do contrário, teremos uma antítese do que afirmava Anísio Teixeira, nos anos 30; à época, dizia o educador: "Tudo legal, mas muito ruim". Quem sabe, se tivéssemos "tudo ilegal, mas muito bom" estaríamos mais felizes e realizados.

Buscar o "tudo legal e muito bom" é o desafio não só da Presidente da República, seus ministros, dos Governadores dos Estados e seus secretários, dos Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

É dever de todos que querem ver a Educação nos Planos de Governo ser prioridade, como forma de permitir um Brasil voltado para o futuro e perfeitamente integrado com a nova sociedade do conhecimento.

Os reflexos do uso do vídeo na educação brasileira

A evolução das tecnologias vem sendo elemento indispensável para o progresso de todas as ciências. Na educação não é diferente e os equipamentos, que surgem frequentemente, trazem suas contribuições para a melhoria da aprendizagem e para a motivação dos alunos. Há cinquenta anos chegava ao Brasil o primeiro "vídeo tape", aparelho gravador que produz ao mesmo tempo, em fita magnética, imagem e som.

O fato foi marcante mereceu destaque na grande imprensa e um significativo evento no Copacabana Palace, Os programas gerados em estúdios ou um dos mais tradicionais estabelecimentos hoteleiros do Rio de Janeiro. Através de sua evolução, por meio do videocassete, as escolas puderam formar gerações para um mundo que é marcado pela "pedagogia da tela".

O comportamento de professores e estudantes mudou nesse meio século deixando de existir somente as "aulas ao vivo". A filmagem e a reprodução dos ensinamentos passaram a ser regra, tanto nos grandes colégios e universidades, como também em unidades educacionais de nível médio.

Em salas convencionais passaram a ser também usados em emissoras de televisão, como embrião das webs tv que são a cada dia mais usadas tanto em países industrializados, como em desenvolvimento.

Apesar das mudanças físicas e aprimoramento dos formatos, o princípio continua sendo o mesmo: o de impedir improvisações e fazer com que exista uma busca incessante de qualidade nas comunicações aplicadas à educação.

As publicações abertas e sua influência no mundo moderno e sem fronteiras

Crescem, em todo o mundo, os movimentos favoráveis à existência de publicações gratuitas disseminadas através da internet. Autores, editores e provedores de acesso estão no centro das discussões e crescem os que se aliam tanto à um lado como à outro, reduzindo sensivelmente os que normalmente não possuem opiniões formadas a respeito do tema. Congressos e estudos vêm sendo intensificados, com excelentes trabalhos pró e contra.

Esse debate é extremamente interessante para a comunidade educacional, especialmente a que tem maior ênfase na metodologia da educação a distância, onde a leitura de obras abertas é de grande valia para complementação dos textos que normalmente são inseridos nos materiais didáticos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Os livros, revistas científicas, jornais e outros periódicos de código aberto tendem a crescer, até mesmo por opção de seus responsáveis. O que se evidencia é que mais do que o recebimento pelos direitos autorais é relevante a disseminação das ideias. Não é novo o movimento do Mercado Comum do Conhecimento, objeto de projeto sob a égide das Organizações dos Estados Americanos.

Há mais de dez anos num memorável encontro da Organização Universitária Interamericana (OUI) realizado na cidade de San José, na Costa Rica, o tema já era objeto de painéis de trabalho pelos reitores do continente americano. Mais tarde, a Europa ampliou os trabalhos a favor da liberação, primeiramente, das revistas científicas. A principal e justa razão é a que nas mesmas são publicados os resultados de pesquisas pagas pelos governos de muitos países.

Por que dever-se-ia cobrar para se saber as conclusões de estudos que foram feitos pelos pesquisadores custeados pelos cofres públicos? Os portais de domínio público mostram significativa demanda, favorecendo a estudantes, professores, pesquisadores e todas as pessoas que se interessam pela aprendizagem.

A polêmica maior surgiu quando os sites passaram a disponibilizar livros de graça. O Google, um dos mais respeitados buscadores mundiais, anunciou sua disposição de dar sequência a essa política de ampliação dos acervos digitais.

O assunto chegou aos tribunais americanos e foi estabelecido um macro acordo com todos os que entendem ter a propriedade intelectual atingida. A empresa passou a contar com a Google Books, que digitalizará e os oferecerá on-line gratuitamente e a Google Editions, que atuará com os autores que pretendem comercializar seus trabalhos. No projeto inicial, que vigorará a partir de 2010, nesse segundo segmento estarão envolvidos entre 400.000 e 600.000 títulos.

As sucessivas edições da Feira Internacional de Frankfurt, o mais importante evento mundial de livros, possibilitará, anualmente, se vislumbrar os cenários para os próximos anos. Considerando a relevância do assunto até a Comissão Européia vem atuando no processo de mediação.

Ao lado da discussão dos livros gratuitos (ou não) surgiu também o princípio da imprensa gratuita, que programou o seu primeiro congresso mundial, para Madrid,

com a presença confirmada de mais de vinte países. O objetivo é aumentar o número de veículos que aceitam participar, com jornais e revistas não científicas, nesse processo.

Enfim, o grande debate mundial que se estabelece é se o conhecimento deva ou não ser um bem de interesse público. Os primeiros anos da próxima década serão marcados por amplas discussões e, com certeza, extraordinários defensores das duas situações.

A base tecnológica para o desenvolvimento da Educação

O desenvolvimento da educação está vinculado à existência de uma forte base tecnológica

Em toda a história da educação os meios para transmissão dos conteúdos pedagógicos foram de extrema valia e aceleraram ou retardaram os projetos, bem como definiram prioridades.

Na primeira fase da rede dos correios alimentou o êxito do ensino por correspondência; depois, com o surgimento do rádio, foi possível um novo modelo, reforçado anos mais tarde com o advento da televisão.

Nos tempos modernos o computador, ligado em rede mundial, abre uma nova tendência e os resultados são notados em todas as partes do mundo.

No Brasil e em outras nações do terceiro mundo, existe um sério risco da exclusão digital. O país chega a 11 milhões de micros e 35 milhões de telefones fixos, contudo ainda é insuficiente para atender á demanda e as necessidades educacionais e sociais.

Amargamos um longo período onde a reserva de mercado foi a tônica no campo da fabricação de computadores e isso foi um caminho totalmente errado. A recuperação do atraso custará muito aos brasileiros, apesar de já sermos o 13º parque de PCs do mundo e o primeiro da América Latina.

Já no campo da telefonia o salto foi assombroso e estamos fechando o ano com 35 milhões de linhas fixas, representando um aumento de 94 % em relação a julho de 1998.

Na convergência da explosão da informática e das comunicações, a Internet provoca uma revolução tão rápida, quanto intensa, afirma recente trabalho publicado na revista Update (edição de julho).

Atualmente existem quase cinco milhões de brasileiros que navegam pelas ondas da Web. Esse número eleva-se a 7,6 milhões se forem contadas as pessoas que utilizam computadores de escolas, amigos e parentes. Estamos na 132 posição mundial em registros de endereços, com 450 mil sites.

A mesma fonte afirma que já movimentamos 1,7 bilhões de dólares anuais e esse montante chegará a 54 bilhões, até 2005.

Ocorre, contudo, que o acesso à Internet está restrito às classes A e B e a maioria usa apenas no trabalho; corresponde a 80% dos usuários. Os integrantes da classe C representam tão somente 16 % e os da D e E, somados, chegam a 4% _

O "apartheid digital" cria a massa do movimento dos "sem-Internet" ainda sem lideranças nacionais.

O Programa Sociedade da Informação prevê 30 milhões de internautas em cinco anos e equipamentos mais baratos.

A Presidência da República assumiu o compromisso de informatizar todas as 250 mil escolas públicas do país nos próximos três anos. Durante o evento realizado em setembro de 2000, onde Fernando Henrique Cardoso foi agraciado com o título de "Presidente nota 10", a assertiva foi tornada pública, apontando como fonte de

recursos, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

A notícia é extremamente importante e, se implantada, auxiliará o desenvolvimento do ensino. Temos nos dias de hoje apenas 30 equipamentos nas unidades de ensino_

O Plano Nacional da Educação, já aprovado pela Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal e que norteará as ações e investimentos públicos para os próximos dez anos, não ousa nesses números. Limita-se a um número reduzido e ameaça, com mediocridade, a educação nacional.

Valendo a disposição do Executivo, teremos avanços; persistindo as normas do Legislativo, estaremos a caminho do 40 mundo.

Não temos números confiáveis a nível nacional mas recente estudo mostrou que, das 9.78Q escolas do Estado do Rio de Janeiro, somente 320 usam computadores em salas de aula.

Embora estejamos ingressando no século 21 temos ainda muitas escolas que sequer têm energia elétrica.

Estudos internacionais mostram que os livros de papel -base para a educação tradicional - devem ser substituídos, pouco a pouco, pelos e-books (livros eletrônicos). A Feira de Livros de Frankfurt (Alemanha), realizada em outubro de 2000, já apresentou ao mundo os re-editores (re-publishers) que transformam livros de papel em livros eletrônicos e comercializam-nos via internet.

O livro - mais importante instrumento da difusão do saber e que foi a base da democratização da educação durante 550 anos- está com grande tendência à se transformar em peça de museu.

Os custos da tecnologia vão baixando e tornado-a acessível à sociedade. Já vimos num quadro extremamente recente, o sistema de telefonia, inclusive celular, que permitiu a compra de equipamentos por baixíssimos valores, se comparados em outros bens pessoais.

TV e computador são fontes de informação para o professor, contudo é necessário ter um bom projeto pedagógico para transformar essa informação em conhecimento.

A existência de uma base tecnológica forte é condição essencial para que exista o desenvolvimento da educação, entretanto a formação de docentes com uma nova visão é importantíssimo para o êxito de um sistema eficaz.

Os investimentos em tecnologia aplicada à educação podem dar as tendências de modernidade ou de atraso. Temos centros de excelência em matéria educacional, contudo em algumas regiões, mais importante do que se pensar como entrar no século 21 é sabermos como sair de um modelo que mais se aproxima do já ultrapassado Século 19.

As políticas públicas e privadas da educação no Brasil

A política educacional brasileira sempre sofreu com o descontínuo governamental, fazendo com que os planos fossem sempre de curto prazo e desenvolvidos à mercê de disposições muito mais pessoais dos responsáveis pelo Ministério e Secretarias de Educação do que efetivamente da sociedade.

Ao longo de nossos 171 anos de independência tivemos 166 ministros encarregados da área educacional, representando uma assustadora marca de 1,03 ministro/ano.

Uma das conseqüências dessa (des)política é a grande soma de recursos públicos que se esvai em programas interrompidos pelos governantes que assumem seus postos e que não pretendem dar continuidade a projetos positivos de seus antecessores. Simplesmente os abandonam por terem sido implementados por partidos adversários, e o prosseguimento significaria uma concordância com aqueles com os quais se duelaram nos debates públicos pré-eleitorais.

As obras arquitetônicas abandonadas são notadas mesmo ao longo do tempo, entretanto as educacionais são invisíveis, e somente com o decurso dos anos vêm-se os reflexos negativos dessas insensatas decisões.

Não há falta de recursos para a educação, mas sim má administração. O Brasil carece também de bons gestores da educação, e impõe-se uma maior capacitação de seus administradores.

Temos que reconhecer que dispomos de um dos piores sistemas de educação do mundo, inclusive colocando-nos atrás de muitas nações pobres de vários continentes.

Essa crise, aliás, já é antiga, e o primeiro "desmonte" da educação no Brasil data da época em que os colonizadores expulsaram os jesuítas, acabando com o sistema educacional que estava sendo implantado.

Outros se sucederam ao longo dos anos; numa crítica aberta feita no início do século pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores (encarregado da área de educação), Dr. Joaquim Seabra, encontramos o seguinte trecho: "O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se sua reforma radical, ou é preferível aboli-lo de vez.

Os gritos pelas modificações foram dados ao longo do século que ora se encaminha para a fase derradeira.

Em 1932, o Manifesto dos "Pioneiros da Educação Nova", pelas repercussões que produziu em nossos meios pedagógicos e culturais, constituiu-se num acontecimento marcante na história da educação brasileira. Mas, de concreto, poucos foram os resultados efetivos.

Vale também salientar que aliás muito antes, ainda no Brasil Império, o Visconde de Sinimbu - valioso homem público que ajudou em muito o desenvolvimento intelectual do povo brasileiro - assim se pronunciava quanto às causas e caminhos de solução para a educação nacional: "O grande problema da instrução primária entre nós, a resolver, está na maneira por que em um país tão vasto e com uma população tão disseminada se poderão derramar esses conhecimentos. O professorado não é somente uma vocação, é também uma carreira: para reabilitá-lo, o que cumpre fazer? Debalde impor-se-ão obrigações,

exigindo maiores habilitações dos professores e sobrecarregando-os de maior responsabilidade. Antes de tudo é preciso tê-los: e como? Nesta concorrência geral da indústria e das profissões civis, onde com menores habilitações maiores vantagens se alcança, como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante o módico pagamento?"

Esse pronunciamento foi feito em 1855 e tem, portanto, 140 anos, contudo permanece exatamente moderno. No momento, temos uma emenda constitucional tramitando no Congresso Nacional, objetivando, exatamente, a valorização do magistério.

A história se repete, embora com personagens diferentes.

O cerne do problema é, justamente, a falta de compromisso da sociedade com os programas educacionais brasileiros.

Não adiantou expulsar os jesuítas no Brasil Colônia, nem o alerta no Império, ou a proposta de abolir a educação no início da República, nem mesmo o forte manifesto pela Reconstrução Educacional no Brasil, assinado pelos mais renomados educadores do país, conseguiu de fato mudar o rumo da história.

Encontramos, agora, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quase aprovada pelo Congresso e em vias de ser implementada. Trata-se de uma legislação avançada e com tendências a derrubar grandes barreiras que atrasaram, por muito tempo, o desenvolvimento brasileiro, colocando-o na contra-mão da história.

A nova norma imperativa será o grande agente motivador para os debates; contudo, por si só, não resolverá as questões nacionais no campo do saber. Vivemos ainda numa "inflação legislativa" onde leis, medidas provisórias, decretos, portarias e outros atos infernizam a vida das pessoas e das instituições.

O Brasil é pródigo em editar, mas é campeão em descumprir o que é exigido.

Enquanto o ensino público tropeça em seus atos legislativos e se atropela pelo corporativismo excessivo, marcando pequenos avanços, a rede privada vem exercendo um papel preponderante no desenvolvimento nacional. O que deveria ser uma ação suplementar passou, em muitos casos, a ser a única alternativa para a educação de boa qualidade.

Investiu-se muito na qualidade dos administradores educacionais e deixou-se de lado o falso moralismo de que escola não é empresa. Os governos federal, estadual e municipal, com raríssimas exceções, tratam os estabelecimentos de ensino como organizações empresariais, obrigando-os a cumprir toda uma rotina tributária e social. Por que exigir-lhes que sejam entidades co-géridas na hora de fixação dos seus encargos educacionais?

A política pública para a educação não achou ainda um rumo em relação ao país; a política privada já viu essa diretriz há muitos anos e consolida suas ações através de uma Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino de âmbito nacional e com presença em todas as Unidades Federativas.

Embora com um universo infinitamente superior, a escola pública, com suas mais de 180.000 unidades educacionais, não supera em resultados os quase 40.000 estabelecimentos da rede privada. Falta-lhe, exatamente, o aspecto gerencial!

Sentimos, no atual governo Federal, grande disposição para as mudanças e, acertadamente, muitas iniciativas foram tomadas, dependendo várias delas do aval do Legislativo para sua implementação. Quiçá se acelerem essas decisões, para

não impedir o progresso nacional.

Enquanto o Executivo Nacional agita sua bandeira pela qualidade da educação, corrige algumas distorções do sistema vigente, cria mecanismos de avaliação, implementa a educação a distância como um verdadeiro e único meio de democratização do saber, cria novos programas e elege o ano de 1996 como o "Ano da Educação", muitos Estados e Municípios mantêm urna prudência excessiva para as mudanças.

Todos os governantes assumiram compromissos de campanha ao investirem na educação (e na saúde) e com isso ganharam o apoio popular dos que os elegeram. Agora é hora de pagar as promessas com a população e ajudar a resgatar a enorme dívida social para com os brasileiros.

Resta, contudo, alicerçar o tripé que poderá manter vivo o êxito dos programas, ou derrubá-los de vez. falamos do imprescindível apoio da sociedade.

A Constituição afirma que os parlamentares representam o povo e em nome deles exercem seus mandatos. Muito vem sendo feito, e esses parlamentares nunca trabalharam tanto como no ano de 1995, forçados já por uma nova mentalidade de homens públicos. Mas, sem que as entidades da sociedade civil, organizadas concretamente, participem desses compromissos para com as reformas educacionais, o esforço ora despendido será pouco duradouro.

Precisamos de uma "Cruzada Nacional pela Educação de Qualidade", onde todos possam exercer o seu papel_ Necessitamos (quem sabe?) de buscar a inspiração nas históricas "Cruzadas" da Idade Média, que marcaram as mudanças no Velho Mundo, para as incursões contra o risco do imobilismo e da passividade.

Existindo a organização dos setores sociais da massa populacional, os programas serão mais debatidos e, quando acolhidos pela sociedade, serão duradouros. Nenhum governante irá contra o povo comprometido com uma causa justa e nobre, ainda mais num mundo democrático como o que hoje vivemos.

O complemento para as ações governamentais está na dependência da mobilização; sendo feita, o sucesso será permanente. Não ocorrendo, os projetos correm o risco de serem arquivados e esquecidos logo após a troca do Ministro ou o fim de um governo.

A maior preocupação que temos que ter em mente, hoje, não é sabermos como enfrentar os desafios do século XXI, em termos de educação. É conhecermos os meios para sairmos do século XIX.

A multiplicidade de entidades representativa na educação brasileira

A Constituição Federal assegura o livre direito associativo possibilitando, com isso, a criação de entidades que objetivam fins específicos ou genéricos.

A multiplicidade das organizações ocorre de uma forma natural e inexistente um cadastro geral das mesmas, dificultando a identificação e localização por parte das mais de 220.000 escolas existentes no país e dos integrantes de suas comunidades educativas.

Muito embora exista a generosidade da norma imperativa apenas uma corporação pode chegar à instância máxima do judiciário — o Supremo Tribunal Federal — para defesa dos interesses das escolas: a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; para atuação em benefício dos profissionais do segmento também apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação tem a prerrogativa constitucional.

A sistemática de unicidade sindical vem de longa época e, embora questionada nos dias atuais, permanece sendo respeitada pelo poder público.

A legislação trabalhista e sindical assegura que deve haver apenas uma Confederação, com atuação em todo território nacional através das Federações e essas, por meio dos Sindicatos atendem regionalmente as unidades de ensino. na área de iniciativa privada

Segundo dados não oficiais encontram-se registrados não mais do que dez Federações e cinquenta Sindicatos de escola. No campo dos trabalhadores não conseguimos informações exatas e preferimos não abordar a matéria nessa oportunidade.

No setor associativo dezenas de grupos se formaram e tentaremos comentar as existentes, por campos de atuação.

Numa primeira classificação podemos destacar a entidade mais genérica e abrangente: a ABE — Associação Brasileira de Educação. É a mais antiga e, pela sua nomenclatura vê-se que busca congregar educadores em todo o Brasil.

Com finalidades religiosas temos dois grandes segmentos: a AEC — Associação de Educação Católica e a ABIEE — Associação Brasileira das Instituições Educacionais Evangélicas, esta última, recém-criada, buscando reunir esforços de outras seis denominações: a ANEB — Associação Nacional das Escolas Batistas, a ANEP — Associação Nacional das Escolas Presbiterianas, o COGEIME — Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino, o DE-IECLB — Departamento de Educação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a FENEP — Federação Nacional de Escolas Presbiterianas e o IAE Instituto Adventista de Ensino.

No grupamento das católicas vemos ainda, mas já no campo restrito do ensino superior, a ABESC Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.

Atuando na defesa das entidades mantenedoras encontramos duas entidades, além das sindicatos federações e confederação já citadas: a ABMES — Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e a ANAMEC — Associação Nacional das Mantenedoras de Escolas Católicas.

Restritivamente ao ensino superior temos em destaque o CRUB — Conselho

de Reitores das Universidades Brasileiras, a ANUP Associação Nacional das Universidades Privadas, a ANACEU — Associação Nacional dos Centros Universitários, a ABRUC — Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, a ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e a ARRUEM — Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais.

Há também a UND)ME — União dos Dirigentes Municipais de Educação, o CONSED — Conselho Nacional do Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Referidas organizações tem, em suas nomenclaturas, a especificação clara da divisão de atribuições.

Ciência, a ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação, a ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação, a ABT -Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, a ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância, a ABRADE - Associação Brasileira de Direito Educacional, a ASBREI - Associação Brasileira de Educação Infantil, a Academia Brasileira de Ciências e a Academia Brasileira de Educação.

Esse conglomerado de siglas retrata bem quantos grupos se dedicam ao desenvolvimento da educação, isto sem se falar nas entidades estudantis e de pais e professores

Ressalta-se que a lista especifica entidades com atuação nacional, existindo outras regionais ou locais.

Analisando-se sob o prisma da participação da sociedade civil na construção de um modelo educacional brasileiro o resultado da pesquisa é animador, contudo se observamos pelo ponto de vista de eficiência de um sistema, é desolador.

Existem iniciativas de criação de Fóruns de defesa da Educação, tanto pública, como privadas, entretanto os resultados práticos são pequenos.

Lideranças descordenadas normalmente não impactam grandes soluções e duplicação de esforços não permite união de ideais.

O velho adágio "a união faz a força" precisa ser lembrado pelos dirigentes dessas entidades.

Os grandes desafios da modernidade precisam ser vencidos com a participação de todos e não por tantas associações que caminham na mesma direção, contudo com métodos, filosofias e posturas bastante diferentes.

Quem sabe faz a hora, já dizia o poeta. O momento é esse!

Não teremos liderança capaz de congrega os líderes? Com absoluta certeza. sim. Depende de disposição e de informação e, mais do que isso, da simples vontade de unir.

Saídas para a massa carcerária - uma nova visão para os presos brasileiros –

Um dos grandes desafios desse final de século é a busca de soluções para a imensa massa carcerária que superlota os estabelecimentos penais de todo o País.

O Censo Penitenciário mostra a existência de 144 mil presos ocupando as 60 mil vagas existentes; aponta também que 95% são pobres e 75% não possuem sequer o 1º grau completo. Apenas 6% atingiram o ensino médio e 53% estão na faixa de 18 a 30 anos de idade.

A superpopulação carcerária é uma realidade indesejada, e o indulto de 11% desses condenados, recém decretado pela generosidade governamental, somente aliviará transitoriamente as celas das delegacias policiais e das casas de detenção.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, tomando por base a recomendação do Comitê Permanente da Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, do qual o Brasil é membro, fixou regras mínimas para o tratamento do preso, invocando os princípios da Declaração Universal

dos Direitos do Homem. Trata-se de uma resolução importante, mas de difícil aplicabilidade em nosso país, tendo em vista as práticas adotadas no processo de tentativas de ressocialização do condenado criminalmente.

Aliás, a grande maioria dos que se aglomeram nas "ante-salas do fim do mundo" já nasceram condenados socialmente e apenas se graduaram na marginalidade com o passar dos anos, fazendo suas "colações de grau" perante os tribunais, onde receberam a diplomação que lhes faltava.

A desastrosa política social de vários governos não consegue ser revertida a curto ou médio prazo, por mais bem intencionados que sejam os hoje ocupantes do poder.

O povo brasileiro assistiu passivamente a esse retrocesso do homem e acompanhou o holocausto desses milhares de seres humanos, que são tratados como feras de alta periculosidade e relegados à própria sorte.

A legislação que oficialmente vigora exige que o Estado dê assistência material, jurídica, social e religiosa, além de saúde e educação, esta última compreendida como instrução escolar e formação profissional. Fala, ainda, que o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico e que "dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos".

Esse "paraíso correicional" não existe, e os mais elementares princípios assegurados pela Declaração dos Direitos do Homem, consagrada em 1789 logo após a Revolução Francesa, são flagrantemente descumpridos.

Atende-se — e a altíssima custo — a assistência alimentar; um dos importantes Estados da Federação gasta R\$ 8,00 pela refeição de cada um dos presos mantidos nas carceragens de delegacias policiais, e esse mesmo governo paga R\$ 0,20 para alimentar cada um dos seus alunos. Essa brutal diferença mostra que cada detento consome verbas de alimentação equivalente a 40 alunos.

Um grande número de unidades do sistema penitenciário não possui escolas, e apenas 10% dos internos têm acesso a aulas; por conseguinte, suas chances de

retorno ao mercado de trabalho, quando concluírem suas penas, serão mínimas.

Centra-se, aí, o grande desafio a que nos referimos: como dar condições de sobrevivência aos egressos do sistema penal? Falta-lhes capacidade técnica para o retorno — ou até mesmo início — de uma vida normal junto ao mercado de trabalho o tempo que passou sob os "cuidados" do Estado, nos reformatórios, não os reabilitou efetivamente, mantendo-os ou transformando-os em analfabetos funcionais.

Os bloqueios psicológicos naturais do recém-liberto já o colocam em condições de inferioridade em relação aos que viveram sempre em liberdade, e o desempenho nas entrevistas e testes para admissão nas empresas é bastante diferenciado. Somado a isso, encontra-se a carência de atualização quanto aos avanços tecnológicos e, por fim, a restrição subjetiva em admitir um ex-preso nos estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.

Uma enquête realizada pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação mostrou que o ex-condenado deve ter chances de voltar a trabalhar e possuir emprego condigno, eis que já pagou pelo que fez. Não há divergências quanto a isso.

A pesquisa avançou também nas indagações e confirmou o que já se previa: apesar da unanimidade quanto ao ponto acima frisado, nenhum dos entrevistados pretendia colocar à disposição do sistema penal vagas para contratação daqueles que estariam saindo dos presídios.

O indivíduo cumpriu a pena, mas permanecerá irreversivelmente condenado!

O mercado informal acaba sendo uma única alternativa de trabalho, e face a essa triste realidade se reabrem as portas para o crime e o retorno às casas de detenção, transformando num verdadeiro círculo vicioso a vida de muitos que tentaram se reabilitar.

A única e efetiva possibilidade de fazer com que o preso volte a ser um agente produtivo na sociedade é dar-lhe condições de fixação nos seus próprios empreendimentos, isoladamente ou através de cooperativas de trabalho. A mudança de mentalidade da população, que poderia resultar em empregos em empresas e residências, embora desejável, levará muito tempo e, quiçá, exista em nosso país.

Habilitá-los para serem profissionais autônomos, liberais ou microempresários é a alternativa mais viável para evitar o retorno ao crime.

Impõe-se a criação de meios para tanto, pois não bastam leis ou boas intenções.

O primeiro passo é estabelecer-se, nos presídios de menor porte, sistemas de educação acessíveis a todos; e somente através de educação a distância isso é possível. A educação convencional, reunindo alunos presos em salas de aula, torna-se impraticável, eis que o sistema de cumprimento de penas é diferenciado. Há riscos de motins, acordos de fugas, rebeliões e até mesmo tomada de reféns, quando se reúnem diversos detentos em um mesmo ambiente. Ressalta-se ainda que os punidos internamente pelos isolacionamentos e os enfermos não podem assistir às aulas em ambientes comuns.

O modelo adotado é ineficaz, não obstante a dedicação de dezenas de professores e agentes penais. Usando-se a educação a distância, na modalidade adequada a cada situação, poder-se-á ir revertendo esse quadro e afastando milhares de pessoas das "sucursais do inferno".

Alguns países já definiram meios próprios para a solução de problemas semelhantes; e, para o Brasil, entende-mos ser esse o ideal.

A criação de uma rede de educação a distância e sua aplicabilidade através das escolas penitenciárias, que existem em todo o território brasileiro, permitiria a produção de material didático a baixo custo e o êxito total do sistema.

Uma outra pesquisa, também realizada pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, mostrou que 97,5% dos internos têm interesse em atividades educacionais. Esse mesmo levantamento apurou que 60% dos profissionais que trabalham nos estabelecimentos prisionais no campo da educação acreditam que seria conveniente a realização de cursos a distância pelos internos.

É necessário também que se criem mecanismos para o incentivo ao estudo nos presídios. Seria de bom alvitre que se alterasse a Lei de Execuções Penais, estendendo a quem estude os mesmos benefícios que já existem para quem trabalha enquanto cumpre pena. A Lei 7.210, de 1984, que institui a Execução Penal, prevê a redução de um dia de pena para cada três de trabalho. Por que não estender esse mesmo benefício para quem estuda? Poderia o próprio Executivo, ou um dos parlamentares federais, apresentar projeto de lei nesse sentido, para facilitar a adesão.

Completando o sistema de formação profissional, prevemos um conjunto de ações complementares para a readaptação do interno à força de trabalho. Não basta ensinar a fazer; é preciso orientar como e onde fazer o uso dos seus novos conhecimentos, auxiliando-os a implantar seus postos de trabalho.

O Poder Público tem a obrigação constitucional de cumprir essa missão, entretanto cabe à sociedade civil organizada contribuir decisivamente para tanto. A tarefa é muito grande para ficar somente nas mãos de poucos. As parcerias entre iniciativa privada e o governo têm marcado novos horizontes no Brasil moderno, e é hora de novas alianças nesse setor, sob pena de fracasso.

Em todas as cidades existem mapeamentos das oportunidades para empreendimentos, com maiores ou menores graus de risco. Essas informações precisam chegar às escolas penitenciárias para orientarem o que ensinar, e como podem os libertos viverem através de trabalhos úteis e necessários à comunidade.

Complementando essas diretrizes, há de se criar uma linha especial para financiamento desses empreendimentos autônomos ou dos microorganismos empresariais. O ex-detento não tem recursos financeiros para retomar sua vida e acaba, no modelo atual, sendo "adotado" pelos agentes do crime, que o escravizam até outro crime, conduzindo-o a um novo retorno ao sistema penal.

Há muitas linhas de apoio a empreendimentos duvidosos e até mesmo a grandes conglomerados financeiros. Seria muito menor o gasto com programas de natureza sócio-empresarial, que certamente traria resultados muito maiores para o país. É lógico que se impõe o apoio técnico para a implantação e acompanhamento do trabalho, especialmente no seu início, evitando-se as possíveis distorções naturais.

Todo esse complexo quadro social só pode ser revertido através da educação. Bastam ações objetivas e coordenadas e um pouco de boa vontade para se resolver, de vez, o grave dilema dos egressos do sistema penal brasileiro.

Os desperdícios na educação brasileira

O Brasil possui um dos índices mais elevados do mundo quando se fala em desperdícios., havendo estimativas de que sejam gastos 40 bilhões de reais por ano somente para reparar produtos defeituosos e serviços ruins, e uma das principais causas dessa perda é a má formação profissional do seu povo.

Os cálculos oficiais mostram que a agricultura perde de 25 a 30% de sua produção; indústria, de 5 a 10%; a construção civil, 20%; o setor de infra-estrutura, 10% e o de serviço, 15 a

20►.

Estudo feito pelo Fórum Econômico Mundial indica que, entre os dez países recentemente industrializados, o Brasil só ganha em competitividade da Índia, sendo superado por Formosa, Cingapura, México, Malásia, Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia e Hong-Kong.

Os produtos industrializados brasileiros, que já vinham perdendo competitividade no mercado internacional, começam a perder espaço, no nosso próprio território, para os importados. A principal causa para essa desigualdade não é que nossos produtos pioraram, mas sim pelo fato que os outros países melhoraram sensivelmente.

O desenvolvimento nas nações emergentes aconteceu graças ao pesado investimento na educação, somado a reformas substanciais nos modelos antes existentes.

No Brasil, além de inexistirem grandes investimentos em programas duradouros no campo da educação, o governo sempre teve um grau elevadíssimo de interferência nas escolas, estabelecendo currículos, determinando regras operacionais e gerindo os processos de autorização e reconhecimento dos cursos de todos os graus de ensino. Esse excesso de normatização tolheu a atividade criadora que deveria ser a marca principal na educação e, com isso, forçou a manutenção de um modelo de escola que não se quer e não se pode manter para um país que necessita de recursos humanos bem qualificados para enfrentar os desafios dos avanços tecnológicos.

A escola, desassociada da realidade nacional, causa grandes desperdícios, hoje estimados em mais de 2.5 bilhões de reais por ano. Sem falarmos nas graves conseqüências que só serão notadas ao longo do tempo,

Apenas 60% dos alunos que iniciam o ensino básico concluem a 4ª série, e os que conseguem atingir esse nível levam seis anos na escola quando o normal seriam quatro: de cada 1.000 alunos que ingressam no ensino básico, apenas 396 chegam a concluí-lo, e muitos poucos prosseguem no ensino médio e superior.

O modelo de escola está ultrapassado, e a repetência e a evasão são responsáveis pelo desperdício de 7 milhões de reais por dia.

Formam-se, a cada ano, novas fileiras no grandioso "exército de despreparados", que deixam as escolas muito mais pela desmotivação para o estudo do que por razões econômicas ou sociais.

A escola ainda está em branco e preto, enquanto o mundo já está há muito tempo a cores.

Temos, com isso, uma taxa de repetência de 32% no ensino fundamental e

9% de evasão, existindo 20 milhões de anal-fabetos com mais de 14 anos de idade.

Além dos fatores internos das escolas, como as precárias condições físicas e humanas, assim com a falta de administra-dores bem preparados e a baixa remuneração dos professores, notamos outros fatores determinantes do desperdício do sis-tema educacional brasileiro. Como agentes dessa pressão ex-terior, podemos evidenciar os planos errôneos formulados em gabinetes e as leis criadas sem a imprescindível audiência da comunidade, o que faz com que inexista o comprometimento de todos coma causa.

Não há como se ter um modelo único de escola em todo o país, quando as desigualdades sociais são tão evidentes. Insistir em normas nacionais para a educação será continuar jogando-se fora vultosas quantias e condenar milhões de jo-vens às trevas da ignorância.

Encontramos atualmente apenas 1% dos eleitores com nível superior completo, representando, na prática, urna elite privilegiada, que acaba sendo a ocupante da quase totalidade dos postos na administração pública em todas as esferas e formuladora dos até bem intencionados planos de governo, sem terem, entretanto, raízes assentadas em bases sólidas.

Verificamos, agora, o Governo Federal tentando corrigir algumas das distorções do sistema educacional, sem que haja, contudo, um prévio e amplo debate popular. Há que se reco-nhecer que o Poder Público vem abrindo as portas para as parcerias com a iniciativa privada e com as entidades não go-vernamentais, porém somos chamados para participar daquilo que não tivemos a oportunidade de ajudar a conceber. Essa trava postura já é um avanço, mas ainda está muito distante do almejado.

Consertar os erros do passado não é tarefa possível para um governo, por mais competente que seja: é responsabilidade de toda a nação.

A falta de urna escola, capaz de formar jovens e adultos para o trabalho dentro de padrões competitivos, tem forçado a criação de sistemas complementares para corrigir a distorção, representando, na prática, unia terceira linha educacional, alta-mente poderosa em termos quantitativos: a educação empre-sarial.

Já possuímos historicamente dois sistemas regulares: o primeiro, o da educação escolar, criado no Brasil pela iniciativa particular através dos Jesuítas, logo após o descobrimento e somente dois séculos depois tornando público, com a instala-ção dos mestres régios (professores pagos pelo governo): o segundo_ o do ensino militar, totalmente estatal_ surgido por ocasião da chegada da família. no início do século passado.

A nova rede vem sendo encarregada de consertar os er-ros da escola formal_ através de unia série de cursos capazes dc qualificar uma parte daquele "exército dc despreparados" para o mercado de trabalho.

Guardadas as devidas proporções_ seria como se criásse-mos uma máquina para consertar os produtos defeituosos ao invés de consertarmos a máquina que não os produz dentro das normas exigidas pela modernidade.

O Plano Nacional dc Educação Profissional, lançado pelo Governo Federal, alerta que é preciso a cada ano preparar pelo menos 20% da população economicamente ativa para se man-ter a empregabilidade da força de trabalho. Isto representa perto de 14 milhões de matrículas em programas de educação para o trabalho.

Para termos uma idéia da dimensão desse número, basta que se compare com

a rede da educação escolar. Envolvendo-se todas as instituições de ensino superior, públicas e privadas, temos menos de 1,7 milhões de alunos: os estudantes de todos os cursos de nível médio atingem um pouco mais de 3 milhões.

Segundo esse Plano, neste ano serão treinados e qualificados 5 milhões de trabalhadores no país, e em três anos serão gastos 6 bilhões de reais exclusivamente no megaprograma. É conveniente lembrar que a verba total do Ministério da Educação, destinada a manter todas as universidades e escolas federais, inclusive as técnicas, bem como os programas globais do governo federal na área de educação, é de 10 bilhões de reais.

Os investimentos do programa de educação profissional poderiam ser drasticamente reduzidos, se tivéssemos as escolas funcionando corretamente e voltadas para as necessidades do mercado.

Vê-se, neste simples exemplo, mais um caso flagrante de desperdício na educação brasileira.

Não queremos, com isso, criticar o projeto concebido pelo Ministério do Trabalho — uma vez que, face às condições realísticas nacionais, é altamente elogiável — mas alertar que todos esses recursos poderiam ser mais bem aplicados se tivéssemos escolas eficientes.

Uma pesquisa recentemente realizada mostra que em nosso país 42% dos empregados sequer concluíram o ensino médio, enquanto que, na maioria dos países do primeiro mundo, a quase totalidade da população possui o 2º grau completo: e apenas 9% da força de trabalho possui curso superior.

Precisamos de escolas que atendam às aspirações do povo e às necessidades de uma nação moderna.

O Brasil investe volumes razoáveis de recursos na educação, sendo 25% do orçamento nos Estados e Municípios e 18% na União. Contudo, desperdiça em função de um modelo educacional obsoleto. Um país não pode se dar ao luxo de desperdiçar tanto, face às escolas ultrapassadas, e, ainda mais, ter que alocar novas verbas para tentar consertar o que fez errado.

Jonh Kenneth Galbraith, professor de Harvard, economista familiarizado com o subdesenvolvimento através de seus estudos, suas observações e sua experiência como embaixador dos Estados Unidos em vários países, afirmou ter constatado, em sua carreira de mais de 50 anos, que "não existe sociedade desenvolvida com um povo sem instrução, e não existe sociedade atrasada com um povo instruído".

Boas escolas e educadores valorizados são pré-requisitos para o progresso econômico, social e político.

O momento exige muito mais participação popular no processo de definição de estratégias e ações concretas.

As portas estão abertas, precisando que os verdadeiros interessados no progresso brasileiro compareçam ao debate, com a objetividade que o mundo moderno exige, sob pena de mantermos a enorme dívida social acumulada ao longo dos tempos.

As universidades e sua contribuição para o desenvolvimento das nações

As universidades surgiram em todos os países como os naturais centros de propulsão do desenvolvimento científico e suas contribuições são fundamentais para a formação dos povos.

Desde a antiguidade o respeito aos pensadores era cultuado, entretanto na medida em que novas idéias conflitavam com o interesse dos detentores das forças políticas os conflitos eram inevitáveis e as conseqüências, imprevisíveis.

A história marca muitos pontos referenciais, dentre eles as primeiras escolas superiores de Constantinopla, Beirute e Alexandria que foram as bases sólidas para as pioneiras universidades européias.

A instituição, contudo, veio a se consagrar com declarações claras de sua autonomia, através da "Grande Carta da Universidade", de Paris, em 1250 que definia suas mais importantes funções.

O documento falava que cabia à própria entidade, a responsabilidade pelo recrutamento de seus alunos e mestres, o direito a outorgar os seus estatutos regulamentando o funcionamento interno, o direito de exigir aos seus membros um juramento de obediência aos estatutos e o direito de eleger funcionários para assegurar sua aplicação e representar a corporação perante as autoridades exteriores. A escolha do reitor era feita pelos representantes de cada escola.

Uma característica importante era o de rotação de lideranças e para que isso ocorresse os mandatos eram fixados entre três meses e um ano.

O modelo do Velho Mundo com as modificações naturais do decorrer dos séculos, ainda predomina até hoje e representa o de mais importante que existe nesse tipo de instituição: a autonomia.

Com a descoberta da América coube aos espanhóis a implantação das primeiras universidades em nosso Continente, a começar pela Universidade de São Domingos (hoje República Dominicana), em 28 de outubro de 1538, seguindo-se as de Lima e México, em 1551. A primeira instituição norte-americana foi fundada na Filadélfia, em 1775.

Antes dessa época já existiam movimentos no Brasil para termos implantada a nossa universidade. Algumas tentativas, ainda de cursos isolados, são registradas na história sendo a primeira em 1670, na cidade de Salvador, então capital da Colônia. Seguiram-se propostas vindas do Rio de Janeiro e Vila Rica (atual Ouro Preto), mas sem êxito eis que existiram vetos por parte da Universidade de Coimbra, encarregada de opinar pelo Rei de Portugal.

Somente com a chegada da Família Real, em 1808, é que surgem as primeiras escolas superiores, em Olinda e no Rio de Janeiro, entretanto com características de formação profissional e com grande controle dos governantes. O crescimento foi pequeno durante todo o fim do domínio português e no Império.

Somente com a chegada da República é que houve a expansão do ensino superior. Durante o período de 1888 e 1918 são criadas 56 escolas com forte presença do setor não governamental.

Somente em 1920 é que é oficialmente criada a primeira universidade (a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). A outorga ocorreu por meio da Lei nº 14.343.

O modelo nacional sempre respeitou o princípio de autonomia, entretanto o funcionamento somente ocorre após um ato do Poder Público.

Na década de 30 somente uma universidade é criada (a de São Paulo), por meio de um Decreto Estadual (de nº 283, de 1934).

Novas instituições somente quase dez anos depois, através da Universidade Rural do Rio de Janeiro (1943); posteriormente vieram a Universidade da Bahia, a de Pernambuco e as duas primeiras católicas - a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, todas em 1946. Concluindo a década, Minas Gerais foi agraciada com sua universidade federal.

Nos anos 50 nascem mais 11 universidades (Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Fortaleza, novamente Recife, Campinas, Belém, João Pessoa e Goiânia). Nesse período surgem a primeira universidade estadual (no Rio de Janeiro) e a pioneira evangélica (a Mackenzie, em São Paulo).

A fase conturbada dos anos 60 fez nascer 30 novas universidades. Na década 70 são concedidos atos de funcionamento para 14 novas instituições; em 80, trinta e uma.

Somando-se aos novos atos que foram baixados nos últimos anos atingimos hoje a marca de 179 universidades em funcionamento no Brasil.

O modelo pátrio faz com que tenhamos instituições mantidas pelos governos federal, estadual e municipal e uma forte presença das sob a administração da iniciativa privada que por sua vez se divide em organizações com fins de lucro e sem essa característica. As universidades funcionam ao lado de 124 centros universitários e 2.154 faculdades isoladas.

As universidades gozam de autonomia constitucional, entretanto não conseguem exercê-las em sua plenitude, tendo em vistas interpretações governamentais que cerceiam seus atos.

Comparando-se com a Carta de Paris, do século XIII, observamos que muito temos que percorrer, no Brasil, para chegarmos aos princípios legados pelos nossos antepassados há mais de 750 anos.

Não obstante existirem ainda muitos obstáculos a serem vencidos, é inegável a grande contribuição das universidades para que existam, nas diferentes partes do mundo, a liberdade de pensar, agir e de formar gerações capazes de alavancar o progresso das nações e atingir à esperada harmonia entre os povos da terra.

Avaliação da educação: das diretrizes constitucionais à complexa sistemática criada por normas complementares

A avaliação da educação tem sistemas diferentes em diversas partes do mundo.

Alguns países optam por deixar que o próprio mercado promova a verificação dos padrões de qualidade. Outros criam sistemas mistos, com participação do governo, da sociedade civil organizada e da comunidade educacional. Um terceiro grupo confere competência para que o poder público analise os níveis alcançados pelos alunos, profissionais da educação e pelos estabelecimentos de aprendizagem.

O Brasil alinhou-se a esse último modelo, dando poderes para que o governo promova a avaliação.

O intervencionismo estatal na área de educação foi implantado, em nosso país, em 1756, através do Marques de Pombal, que definiu normas para que D. João I editasse a reforma do ensino em todo o domínio português, incluindo, à época, a Colônia. Há 17 séculos o mundo já tinha conhecido o fracassado edito do imperador Deocleciano, que criou regras para tudo, inclusive para as ações dos professores.

Veio a independência e passaram os séculos e diversos modelos foram experimentados. Em algumas épocas, com maior flexibilidade, em outras, com grande centralismo no governo federal.

A Constituição de 1988 decidiu que compete ao poder público autorizar as instituições de ensino e promover a avaliação de qualidade.

O pacto federativo e a autonomia dos entes que formam a nação afirmam que deva haver os sistemas de ensino federal, estadual, do distrito federal e dos municípios.

Os mesmos é que são competentes para legislar acerca dos critérios para cumprir os preceitos da carta magna.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional, aprovada em 1996, extrapolou a CF e, atendendo a pressões do poder executivo federal, incluiu dispositivos definidos como credenciamento, reconhecimento, recredenciamento, renovação de reconhecimento e deu margem a outras formas de controlar os padrões de progresso dos discentes matriculados em todos os centros escolares.

Verificando-se à luz da Carta maior, todos os institutos inseridos na LDB, além da autorização e avaliação, podem ser considerados inconstitucionais.

Entretanto, como inexistiram questionamentos junto ao Supremo Tribunal Federal, instancia competente para apreciar as ações diretas de inconstitucionalidades, os procedimentos da União passaram a ser seguidos pelos executivos de níveis inferiores.

Vemos, hoje, em nosso país, uma expressiva quantidade de critérios que foram implantados para avaliar a educação básica e superior nas escolas regulares.

Não há, ainda, normas para aferir o desempenho dos cursos livres, entendidos como os de formação para atividades consideradas de qualificação profissional elementar, para a pós-graduação lato sensu (incluído os MBAs), universidades corporativas e outros centros que não conferem diploma, mas apenas certificados.

O foco das avaliações passou a ser apenas o das organizações educativas instituídas pela iniciativa privada ou pelo poder público, na educação básica e superior.

Foram criadas, especialmente para o ensino superior, metodologias próprias, com diretrizes ditadas pelo executivo federal.

O mais expressivo instrumento legal é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, imposto por uma medida provisória que acabou sendo transformada em lei.

O SINAES prevê avaliação calcada em três pilares: a auto avaliação, naturalmente a ser feita pelas próprias universidades, centros universitários e faculdades; a avaliação do aluno, por intermédio do Exame Nacional de Desempenho do Estudante e a avaliação externa, a ser exercida pela União.

O modelo da lei foi aceito pacificamente pelas cerca de 2.500 instituições de ensino superior e pelos quase 7.000.000 de estudantes matriculados nos cursos de graduação e graduação tecnológica.

Essa tranquila submissão das entidades mantenedoras e mantidas às regras decididas pelo executivo e legitimadas pelo legislativo é costumeira no Brasil. Vê-se manifestações isoladas do “jus sperniandi” mas sem fortes ecos no conjunto das organizações. Os dirigentes das entidades representativas do ensino superior, receando represálias, preferem buscar caminhos de entendimento administrativo com o governo e são muito raros os questionamentos judiciais.

O assunto começou a ganhar novas dimensões, quando numa atitude inexplicável à luz da ordem constitucional, o governo federal induziu o legislativo a criar lei estabelecendo taxas de serviço para avaliação. Passou-se a cobrar das mantenedoras privadas, valores para que o Ministério da Educação, através de seus órgãos específicos, faça o que tem a obrigação constitucional de executar.

Mais uma vez, o silêncio da maioria, provocou uma “validação” da prática de arrecadação de quantitativos financeiros, inicialmente mais módicos, mas que estão em vias de ser aumentados significativamente, caso seja aprovado projeto de lei criando uma chamada “agência reguladora” do sistema.

Cobrar taxa sob o pretexto de falta de recursos orçamentários, representa uma ameaça a todos os segmentos. Não vemos, por exemplo, cobrança de valores para que os órgãos fazendários promovam a fiscalização de tributos. Não se tem notícias de taxas de serviços para acompanhar o meio ambiente, a saúde, etc.

Mesmo com a falha do princípio jurídico passou a ser corrente o princípio de cobrança para a avaliação e o Ministério, bem como o seu maior órgão de avaliação, até o presente momento - o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – recebe quantitativos financeiros para mandar seus profissionais às instituições.

É certo de que, mesmo recebendo um pagamento pelos serviços de avaliação, inexistem “experts” em muitas áreas específicas. O desenvolvimento das ciências e a autonomia das universidades e centros universitários permite que sejam criados programas inovadores, sem que existam, ainda, no banco de avaliadores do INEP, pessoas cadastradas para promover a verificação local ou a distância. Há também dificuldades (mesmo com uma retribuição financeira) para conseguir pessoas dispostos a visitar unidades de ensino em regiões longínquas ou de difícil acesso.

Objetivando “amenizar” o problema de falta de pessoal especializado foram criados os chamados “ciclos avaliativos” do Exame Nacional de Desempenho dos

Estudantes, que agrupa, em três áreas, os cursos de graduação ou graduação tecnológica. Com isso somente em cada triênio haveria a avaliação externa.

O problema continuou e o MEC, numa forma ilegal, passou a criar “atalhos” através dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPCs) e Conceitos Institucionais que atribuem notas (de um a cinco) conforme um conjunto de requisitos definidos burocraticamente pelo Executivo.

Os índices preliminares deveriam ser, como o próprio nome afirma, provisórios.

Mas, na prática, são considerados definitivos e com base nos mesmos o MEC aplica penalidades (para os que têm notas um ou dois) e dispensa da avaliação “in loco”, exigida por lei, os que alcançarem notas superiores.

Os indicadores deram margens a rankings que são amplamente divulgados pela imprensa e pelas páginas eletrônicas não oficiais, causando graves consequências às entidades mantenedoras, instituições de ensino mantidas, docentes, alunos, etc.

O interesse no centralismo do governo federal em órgãos singulares ou colegiados com forte predominância de funcionários públicos, fez com que a lei que criou o SINAES retirasse os poderes de avaliação do Conselho Nacional de Educação para a quase totalidade dos casos, transferindo tais atribuições para a CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Esse novo órgão, que funciona nas mesmas dependências do CNE, tem igual – ou pior – dificuldade operacional que o colegiado co-irmão. Suas reuniões são “reservadas”, não há divulgação de pauta nem de decisões a curto ou médio prazo.

Ao longo desses últimos tempos, o executivo criou sistemas operacionais diversos. Primeiramente o SAPIENS e mais tarde o e-MEC. Para ambos foram previstos meios de agilização e transparência das ações, mas, os propósitos não se concretizaram, como esperavam seus idealizadores.

Continuando a existência de grandes “amarras” o MEC faz mudanças em sua estrutura e extingue a Secretaria de Educação a Distância, altera competência da Secretaria de Educação Superior e de outros órgãos e cria uma nova secretaria, centralizando as ações: a de Regulação e Supervisão da Educação Superior, encarregada de analisar praticamente todos os processos que envolvem universidades, centros universitários e faculdades.

A SERES, apesar do esforço de seus servidores, continua sem dar conta das atribuições e, para que possa agilizar o trâmite dos processos e ampliar a aferição da qualidade, propõe a criação de um novo órgão, sob o título de INSAES – Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior. O projeto de lei é elaborado sem debate com a sociedade civil ou com as entidades representativas dos diversos segmentos do ensino superior e encaminhado ao Congresso Nacional.

As reações contrárias foram superiores às favoráveis, antevendo-se um longo período de tramitação do PL nas Casas Legislativas (ou a edição de via rápida, por intermédio de mais uma Medida Provisória). Esse mesmo “filme” já se viu na época da edição da lei do SINAES.

No projeto há proposta de criação de quinhentos e cinquenta cargos para executar as funções de supervisão e regulação de cerca de duas mil e quinhentas instituições. A média será de, aproximadamente, um servidor por 4,5 instituição.

Nesse projeto as taxas de avaliação são brutalmente elevadas. Além disso, é criada uma taxa de supervisão permanente, com valores a serem recolhidos ao erário público a cada seis meses.

Logicamente que, na forma do previsto na legislação que estabelece o preço dos serviços educacionais cobrados pelas instituições privadas, quem pagará serão os alunos.

Outro grave problema vivido atualmente prende-se às dificuldades de atendimento às partes interessadas (instituições e alunos, especialmente).

O Ministério da Educação “entrincheirou” seus servidores e atualmente há necessidade de pedidos de agendamento para reuniões com colaboradores de todos os escalões. Não há atendimento telefônico nem uma linha direta para dar suporte aos dirigentes ou procuradores das organizações.

Aliás, seguiu o mesmo modelo que existe no Conselho Nacional de Educação, na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Diante desse cenário pode-se afirmar que, na prática, a “criatura” ameaça ferozmente o seu “criador”.

As boas intenções dos que criaram os sistemas não foram alcançadas e o “monstro da burocracia” não consegue eliminar as infundáveis rotinas.

Estabeleceu-se, diante de tanta complexidade do sistema, um verdadeiro “terrorismo administrativo” onde as ameaças ocorrem frequentemente no portal eletrônico do Ministério, pela imprensa oficial, através de edições de incontáveis portarias e despachos publicados no Diário Oficial da União, ou dos grandes veículos de comunicação.

Só existe uma solução para esse grande impasse: o Poder Executivo Federal respeitar a Constituição Federal e, apenas, autorizar as instituições e promover a avaliação contínua da qualidade.

Os critérios estabelecidos na legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior são perfeitos. O grande problema surgiu pelas normas infralegais.

Eliminar decretos, portarias e outras disposições, é a única saída.

Restabelecer-se-á, com isso, a paz no campo da educação superior brasileira e permitirá que as universidades, centros universitários e faculdades possam se dedicar a um programa efetivo de desenvolvimento. Os “atropelos” das determinações de curtíssimo prazo ou calcadas em princípios subjetivos vêm provocando a perda de foco do que é o mais importante: a educação de qualidade.

A medida é simples. Basta haver a grandeza dos responsáveis pelo Ministério da Educação de reconhecer que não há condições (por maior que seja o número de servidores) de cumprir as disposições que a cada dia foram aumentadas.

Os espíritos malignos do Imperador romano Deocleciano e do Marques de Pombal, que há séculos, criaram o intervencionismo estatal na educação, ainda pairam na Esplanada dos Ministérios, trazendo enorme ameaça à liberdade dos sistemas de aprendizagem, consagrados em nossa Constituição Brasileira.

A participação estudantil nas atividades políticas

A participação dos estudantes nas atividades políticas sempre foi marca dos países democráticos e dos que lutam por alcançarem a plena democracia.

Na história do Brasil temos exemplos relevantes em diversas épocas. Algumas ficaram notabilizadas tanto na época do Brasil Colônia, como no Império e na República.

No início do século XVIII existia no cenário do país a figura do "Capitão de Estudantes" que era reconhecido pela Coroa Portuguesa e possuía atribuições de representar os alunos em algumas decisões governamentais. Há alvarás régios (que correspondiam aos decretos de hoje) que citam expressamente a figura desse líder.

A mobilização dos jovens foi marcante nas exposições de estrangeiros, notadamente dos franceses no Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século, após a expulsão dos Jesuítas e a transformação das escolas, que eram todas particulares, em estatais, face à reforma do ensino feita por Conde de Oeiras (mas tarde conhecido como Marques de Pombal) os movimentos estudantis foram notáveis nas Minas Gerais, com ilustres personagens que lutavam pela independência. Na inconfidência as articulações ocorridas em Ouro Preto, Mariana e cidades adjacentes foram decisivas para que, alguns anos mais tarde, tivéssemos a concretização dos laços que nos uniam à Portugal.

Poderíamos citar vários outros episódios ao longo dos anos mas nos concentraremos agora nessa última metade do século XX.

A revolução militar da década de 60 teve como um dos "motes" a desarticulação dos estudantes secundaristas e universitários. Além das atrocidades físicas e psicológicas que ocorreram e do "desmonte" dos sistemas educacionais que previam turmas nas instituições do ensino superior (com a substituição pelo regime de crédito, que provocava uma desarticulação entre os grupos), foram praticamente extintos os diretórios e grêmios estudantis, considerados pelos governantes como "células de subversão ao regime ditatorial". As resistências foram enormes, com sacrifício de muitas vidas e especialmente de ideais.

Essa supressão de meios para que os alunos exercessem suas atividades trouxe sequelas à nação e, pelo menos, uma geração de poucos líderes. Os cargos políticos passaram a ser exercidos pelas mesmas pessoas, até mesmo por falta de opção.

O movimento estudantil voltou a ser notado já nos anos 90 objetivando a derrubada não de um regime, mas de um presidente. Foi um aspecto pontual mas que não deixou raízes nos estabelecimentos de ensino.

Hoje há liberdade para criação e funcionamento de entidades de representação estudantil, mas que na prática praticamente não existem.

Muitos viraram filiais de partidos políticos e que ajudam a projetar determinados jovens, mas sem ter a capacidade de mobilização que antes ocorriam.

As próprias direções das escolas de educação básica e superior, tanto da rede pública, como da iniciativa privada, não incentivam esses colegiados que podem, na verdade, causar questionamentos acima dos conhecidos "níveis de tolerância" habituais.

Essa lacuna é péssima para o país eis que trazem reflexo direto na política brasileira.

Os quadros de parlamentares tanto federais, como estaduais e municipais, é desprovido de nomes brilhantes, como se via no passado. Registra-se que excetuam-se alguns senadores, dezenas de deputados federais e estaduais e muitos vereadores.

O passado da maioria dos integrantes do Poder Legislativo e do Poder Executivo não evidencia a liderança estudantil. São pessoas que passaram pelas escolas sem deixar uma marca registrada de lutas em prol do restabelecimento das ações que ocorriam antes da revolução de 1964.

Urge a necessidade de serem abertos espaços para que as lideranças despontem no meio estudantil.

Esse papel cabe não só às escolas mas também a toda a sociedade.

Do contrário continuaremos vendo os políticos da "velha guarda" sendo detentores do poder e traçando as leis para serem cumpridas pelo povo, sem oxigenação de idéias.

Nas últimas eleições, em novembro de 2010, não vimos mobilização dos estudantes. O exercício do voto, a partir dos 16 anos, foi uma conquista mas ainda tênue. Os candidatos, em suas plataformas de promessas, omitiram algum tipo de compromisso real com a juventude.

Há alguns canais abertos no sistema formal. Os partidos políticos até que se esforçam para que jovens intressem na carreira política, mas falta à juventude incentivos.

Os alunos do ensino médio, celeiro natural para que sejam despontados os nomes do futuro, estão assoberbados com os ENENs da vida e outras aberrações criadas pelos burocratas de plantão.

As entidades legalizadas como de representação tornaram-se "chapa branca" e preferem, em sua maioria, receber as benéncias (e recursos financeiros) do governo a cumprir suas verdadeiras missões.

Apesar de termos que defender os destinos próprios do Brasil é sempre bom lembrar que as manifestações dos estudantes em outros países, como ocorreu recentemente na França, Inglaterra, Chile e agora no Oriente Médio, é fundamental para que ocorram as mudanças fundamentais.

Apesar de já decorrer quase um meio século o lema de uma geração precisa ser retomado: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Do imposto da cachaça à loteria educacional: a eterna busca de recursos para financiar o ensino público

A educação no Brasil foi implantada pela iniciativa privada, através da Companhia de Jesus, em 1549. Durante 210 anos o Poder Público não fez intervenções no setor, até que o governo português resolveu expulsar os Jesuítas e estatizar o ensino, passando a administrar as unidades de ensino existentes em todas as Colônias.

A reforma do ensino, feita em 1759, no reinado de D. João I, foi imposta por Marquês de Pombal que pretendia que se desenvolvesse um sistema público, sob a diretriz do governo central.

O custo pela manutenção da rede de escolas passou então a ter que ser financiado pelos cofres públicos.

A decisão política não foi dimensionada corretamente pelos detentores do Poder e, pouco tempo depois, em 1772, foi editada uma Carta Régia, criando o “subsídio literário”, especialmente destinado à manutenção das escolas. Tratava-se de um imposto único que passava a incidir, especialmente, sobre a aguardente.

O ensino público foi, dessa forma, financiado pelo vício, por muitos anos, só havendo modificação das regras em 1816, às vésperas da independência.

A popular “cachaça” foi a responsável pelo pagamento das despesas da educação estatal e, talvez por esse destino, nunca foram muito sóbrios os programas de formação da juventude brasileira.

Passaram os anos, os regimes, os detentores das diretrizes, mas as verbas permaneceram sendo insuficientes.

O orçamento da União, para 2005, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula, estima a receita do País em R\$ 1.606.403.171.042,00. É um número grandioso mas apenas 1,31% serão destinados ao Ministério da Educação.

Considerando que o governo não tem novas fontes, segundo afirma, o Ministro da Educação vem anunciando a criação de uma “loteria” que arrecadará recursos para financiar o ensino.

Do imposto da “cachaça” à “loteria ministerial”, de D. João I a Lula, de Marquês de Pombal a Tarso Genro os problemas continuam os mesmos e as soluções parecidas: tributa-se o vício, ao invés de se alocar mais verbas orçamentárias para manter os brasileiros com o direito de acesso e permanência nas escolas públicas.

Não teremos um “alvará régio” mas sim uma “medida provisória”. A moeda (o real) permanece parecida mas os números diferenciados: no último ano de arrecadação do “imposto da cachaça” foram arrecadados doze contos de reis por ano e agora o objetivo é conseguir, anualmente, cem milhões de reais.

O tributo do vício, tanto no passado, como no presente, é arrecadado geralmente dos mais pobres para patrocinar o estudo de todas as classes sociais.

O Brasil precisa de governantes sóbrios que olhem a educação como uma verdadeira prioridade para o desenvolvimento do país.

Os 100 anos da Educação no Brasil

A educação a distância foi implantada no Brasil em 1904, quando se instalou, no Rio de Janeiro, as Escolas Internacionais .

Esse marco referencial será lembrado, em junho desse ano, quando o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação realizará uma grande mostra do passado e o presente da EAD em nosso país, abrindo debates para análise das tendências do futuro.

A entidade pioneira, que ainda tem seu regular funcionamento, nos Estados Unidos e alguns outros países, será homenageada, assim como as organizações e personalidades que contribuíram para o uso das tecnologias na educação.

Alguns momentos foram marcantes, como em 1923, quando se criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquete Pinto. Quatro anos mais tarde iniciava o cinema educativo e ambos foram alavancas propulsoras especialmente para a formação de várias gerações. Ao lado dos correios, rádio e cinema eram o tripé de então novas formas de se educar.

Nessa época algumas instituições foram criadas, destacando-se o Instituto Monitor, 1939 e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Tais organização prestam até hoje um inestimável serviço e já atenderam a um número incalculável de pessoas.

O projeto de TV Educativa foi elaborado também por Roquete Pinto, em 1950, contudo a falta de recursos adiou o uso da televisão na educação vindo a acontecer graças à espaços conseguidos em canais privados, especialmente a extinta TV Rio.

Muitos projetos ocorreram contudo por falta de uma política governamental não prosperaram, especialmente nos anos 50 e 60. Exceção foi a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funteve), também no Rio de Janeiro, que criada em 1967 permanece em plena atividades é a TV Cultura, criada em São Paulo pela Fundação Padre Anchieta.

Na década de 70 várias escolas e associações foram criadas e outras, já em funcionamento, passaram a utilizar as tecnologias disponíveis para melhorar a qualidade da educação e ampliar horizontes.

O Brasil ocupava, face à isso, uma posição de destaque no cenário internacional, sendo líder absoluto junto às nações em desenvolvimento.

Surgem incentivos governamentais e projetos como o SACI (Projeto Satélite Avançados de Comunicação Interdisciplinares, para treinamento de professores e supervisores educacionais) e o Minerva que tinha foco a preparação de alunos para exames supletivos. Marcou época também a Telenovela Educativa João da Silva, criada por Gilson Amado, então presidente da Fundação TV Educativa.

Como eram fortes os avanços o Conselho Federal da Educação resolveu estudar o assunto e começou o declínio da EAD. Parecer do então conselheiro Newton Sucupira é um marco negativo para o setor eis que recomendava excessiva prudência por parte das autoridades governamentais antes de se iniciar efetivamente uma expansão pelas instituições de ensino.

Nos trinta anos que se seguiram, isto é, até os dias atuais, órgãos do Ministério da Educação sempre marcaram reticências, debates, estudos, análises, elaboração de programas, projetos , políticas públicas, etc mas, na prática, só isso.

Enquanto ficamos estagnados outros países progrediram e perdemos posição no cenário mundial.

Com o advento da informática e avanços da internet e outras tecnologias áudio e vídeos digitais, assim como pelo crescimento dos sistemas de comunicação, alguns registros positivos ocorreram e, dentre eles, a TV Escola, organizada e mantida graças à dedicação de um grupo de profissionais comprometidos com o serviço público. O programa de informática Educativa (PROINFO) é outro bom exemplo, contudo vem sendo entravado por aspectos burocráticos e legais da máquina estatal.

Ao chegarmos às vésperas do centenário da EAD no Brasil temos cerca de 70 instituições de ensino superior credenciadas para realizar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e talvez uma centena de escolas de educação básica que conseguiram o direito de usar a metodologia em seus programas. Somam-se ainda, as universidades corporativas, associações e centros de treinamento de empresas, atingindo a um número estimado de 300 organizações educativas, comparando-se com o número de escolas que usam a educação presencial (220 mil, segundo os dados oficiais) vê-se que muito tem que ser feito para que possamos ter a educação a distância como um importante instrumento de inclusão social.

Num mundo moderno e cada vez mais globalizado a EAD tem sido o verdadeiro meio para a educação ao longo da vida.

Temos que registrar que a realização de encontros nacionais e congressos foram agentes de mobilização pró-EAD. O Instituto de Pesquisas avançadas em Educação e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Educação a Distância vem contribuindo - ao lado de outras organizações - para que se mude mentalidade e se desregularizem as normas criadas pelas equipes técnicas governamentais, tanto na esfera federal, como dos Estados.

Avanços e retrocessos sempre ocorreram em todas as áreas. O sucesso ou não dos empreendimentos dependem de mobilizações e ações bem lideradas.

Temos esperança que as comemorações dos 100 anos da educação a distância possam marcar um recomeço do desenvolvimento.

O Brasil é fértil para as boas ações e, como já foi dito, há cinco séculos, "em se plantando, tudo dá".

Os Centros Universitários no cenário do Direito Educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu Artigo 45 que a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

Em nenhum lugar na lei maior da educação brasileira são descritos os tipos de escolas aptas a realizar cursos de graduação e/ou pós-graduação, contudo, na Constituição Federal, há expressa menção à figura da universidade e bem assim à sua autonomia.

A lei remete, portanto, às normas acessórias, a tipificação das unidades de ensino.

Coube ao Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997, regulamentar o Sistema Federal de Ensino que congrega os estabelecimentos federais e particulares. O Artigo 8º classifica as instituições em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores.

Mais à frente, no Artigo 12, diz que são centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação de seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Educação para o seu credenciamento.

Em seu parágrafo primeiro fala textualmente que fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. Completa o assunto, o parágrafo segundo, com a assertiva que os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária.

O Decreto supracitado revogou o de n.º 2.207, de 15 de abril de 1997 e foi substituído pelo de n.º 3.860, de 9 de julho de 2001 que deu nova disposição sobre a organização do ensino superior.

O Artigo 7º repete a classificação das escolas e, assim, prevê os centros universitários, no item II. O Artigo 11 e seus parágrafos ficaram idênticos, contudo dois novos dispositivos - de caráter restritivo - impunham-se aos mesmos. Num deles vetava a criação de cursos fora de sua sede e em outro passou a exigir a observância rígida dos limites definidos no plano de desenvolvimento institucional aprovado quando do seu credenciamento ou reconhecimento. Por fim registrou que somente seriam criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular.

O maior questionamento jurídico passou a ocorrer não propriamente quanto aos centros universitários mas sim no tocante à autonomia dos mesmos. Os decretos equiparavam direitos, mas não as obrigações.

Reações de segmentos mais ligados às universidades passaram a existir tanto na esfera do Poder Executivo, quanto no Legislativo, numa primeira fase. Mais recentemente, chegava ao Judiciário demanda envolvendo instituições.

Em 2001, um Projeto de Lei - o de n.º 4.560 - foi apresentado à Câmara do Deputados com o objetivo de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. O intuito era o de assegurar autonomia aos centros universitários. A matéria foi amplamente debatida em Comissões Técnicas e não chegou a prosperar, muito embora ainda esteja pendente de definição recursal. Isto significa que a autonomia, por lei, é restrita às universidades.

Outra tentativa expressa de revogação dos efeitos do Decreto 3.860 foi o Projeto Legislativo n.º 383, de 2003. O mesmo objetiva a sustentação dos efeitos do ato do Executivo e, por consequência, da autonomia. Atualmente permanece em trâmite o assunto, na Câmara dos Deputados.

Agora, em 11 de dezembro de 2003, o Governo Federal resolveu baixar o Decreto n.º 4.914, dispondo sobre os centros universitários. Logo de início veda a constituição de novos centros, exceto aqueles em fase de tramitação no MEC em condições específicas. Em outro artigo fixou o prazo até 31 de dezembro de 2007 - para que os mesmos satisfaçam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Exige regime integral para parte do corpo docente e veta a autonomia para implantação de cursos de medicina, odontologia, psicologia e direito.

Por fim cria a possibilidade de descredenciamento da instituição como centro universitário e o seu retorno à condição de origem. Revoga, no último item, o artigo 11 do Decreto n.º 3.860, exatamente o que concedia vantagens especiais para os mesmos.

Em síntese, não obstante assegurar direitos e conceder prazos longos (até 2007) o Decreto trouxe prejuízos aos estabelecimentos de ensino e às suas mantenedoras.

Os centros têm três destinos: o primeiro é permanecerem como estão, contudo sem as benéncias anteriores; o segundo é virem a se transformar em universidades e o terceiro é retornarem ao que eram antes. Obviamente não se cogita uma quarta hipótese, que é o encerramento de suas atividades, por decisão interna da mantenedora ou pelo Ministério da Educação em decorrência de graves irregularidades ou pelo Poder Judiciário.

Há entendimentos - aos quais nos associamos - que a arquitetura jurídica definida pelo Ministério da Educação em seu mais recente Decreto é passível de questionamento junto ao Poder Judiciário, com grandes chances de suspensão de eficácia.

As universidades, desde suas origens, nos meados do século XII, sempre tiveram três funções: o ensino, a pesquisa ou ambas.

Existem espalhadas pelo Mundo universidades só de pesquisas. Outras só de ensino e um terceiro grupo com as duas atribuições.

Os centros universitários brasileiros, criados por um Decreto e, portanto, mais vulneráveis, podem ser enquadrados facilmente como Universidades de Ensino.

Outro ponto que merece apreciação é quanto à extensão do Decreto. O mesmo só se aplica aos centros universitários vinculados ao Sistema Federal de Ensino (isto é, os mantidos pela União e pelas entidades particulares).

Ficam à margem os possíveis centros criados ou mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios quer diretamente, quer através de autarquias ou fundações de direito público.

O Executivo Federal, com a edição do decreto de 2003, causa graves prejuízos aos centros universitários. Ao prever não mais serem constituíveis cria uma categoria estagnada - ou em extinção. Em termos comparativos podemos dizer que equivale a um veículo fora de linha. Mesmo assegurando-se todas as peças para

sua manutenção por um longo período, o valor cai sensivelmente.

Outra falha é dizer que fica vedada a constituição de centros universitários (Artigo 1º do Decreto n.º 4.914). A constituição ou não é prerrogativa das entidades mantenedoras. Ao Poder Público cabe o credenciamento - ou não.

A Constituição Federal permite constituição de entidades e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que cabe ao Poder Público autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Não pode um simples Decreto Federal vedar qualquer tipo de associação lícita.

Os centros universitários vêm mostrando que, de uma forma diferenciada, se faça educação de qualidade.

A mudança de modelo é sempre válida e, em especial, quando existe uma enorme dívida social a ser resgatada.

Qual o futuro para as escolas no Brasil?

Durante um dos grandes eventos mundiais sobre a educação, realizado no Chile, em 1995, sob os auspícios da Organização Universitária Interamericana, foi apresentado um relevante trabalho sobre o futuro das Américas.

Os estudos foram realizados pela Fundação Canadense para as Américas, entidade independente criada no início da década de 90 que fomenta a cooperação comercial, acadêmica, política e cultural entre o Canadá, América Latina e Caribe.

Decorridos mais de quinze anos é possível se fazer uma comparação entre as previsões e a realidade atual vivida entre os povos do continente.

Mesmo com o passar dos anos é possível se ver que há sempre quatro cenários para os povos e organizações e os mesmos decorrem de ações concretas das políticas e das práticas dos dirigentes.

A elaboração de cenários tem que ser sempre fundamentada em análises detalhadas dos fatos regionais e globais.

O texto científico que foi um dos mais importantes documentos referenciais desses últimos anos e permanece bastante atual, podendo ser aplicado à quaisquer segmentos.

Com o passar do tempo, apesar de terem sido notadas mudanças conjunturais, com maior ou menor intensidade, a visão de conjunto se mostra com certa similaridade.

As maiores conquistas são provenientes de boas práticas, que alimenta o progresso.

As crises que abalam grandes potências e instituições, trazem reflexos nas em desenvolvimento. A capacidade de absorção dessas transformações é o marco referencial sempre citado pelos especialistas.

Os estudos apresentados no Congresso da OUI destacaram a existência de quatro cenários: o primeiro, o mais promissor, é chamado de "voo do Condor"; o segundo, de "delfim ferido"; o terceiro, de "jaguar cativo" e o último, de "fênix renascente". As figuras foram criadas dentro do simbolismo continental.

Os caminhos - e resultados - são bastante diferentes.

O primeiro cenário pode simbolizar o voo do Condor, sempre majestoso, previsor e sensível às mudanças. Essa ave é uma "máquina" que atinge grande eficiência. Enquadram-se nesse grupo os que se mostraram abertos à expansão, renovam a confiança em novos modelos e reconhecem a necessidade de reformas. O futuro se desenvolve em ambiente mas favorável.

Já o segundo é retratado pelo delfim, que é tão eficiente como o condor e possui um sonar que permite detectar o perigo a distância e reagir ante aquilo que lhe ameaça. Para esse animal o mar é mais que um campo de jogo. Mas, por vezes, é descuidado e perde de vista os riscos dos predadores naturais que convivem na mesma área. Quando ferido, não consegue recuperar sua agilidade e sua queda é, em muitas das vezes, de difícil reversão.

Na sequência comparativa, o terceiro cenário pode comparar-se a um jaguar cativo. É um elegante e poderoso animal que concentra suas forças mas, quando triste e ressentido, não encontra escape e ali permanece esperando que alguém o libere.

Por fim, o cenário quatro é representado pelo fênix renascente. Encontra

primeiro o desastre da selva onde sempre viveu e que se encontra destruída. A ave, consumida pelas chamas, renasce das cinzas e consegue recriar a selva, desta vez mais esplêndida qual a anterior.

A análise feita pela agência canadense serve de reflexão para o quadro das escolas brasileiras.

Quantos estabelecimentos condor, delfim, jaguar e fênix são conhecidos?

Numa rápida análise feita nesses últimos anos sentimos que os cenários foram alterados fortemente para todos. Uns, aproveitaram as oportunidades e se desenvolveram. Outros ficaram estagnados e muitos regrediram.

Excelentes escolas não mais existem. Outras, relativamente novas, despontaram para o sucesso.

Não basta contar com uma capacidade de reversão. É preciso muito mais: estar permanentemente observando as perspectivas e ameaças.

No processo de gestão a análise "swot" foi incorporado no cotidiano de muitos, mas está esquecido para uma grande parcela das organizações. Identificar os pontos fortes (strengths), os fracos (weaknesses), as oportunidades (opportunities) e ameaças (threats) é a base para um plano estratégico, de longo prazo.

O futuro decorre de ações e essas são provenientes de decisões de seus líderes

Centros Universitários: dez anos de uma experiência positiva na educação brasileira

A figura dos Centros Universitários surgiu no cenário brasileiro logo após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo definidos como instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

O decreto que permitiu o seu surgimento afirmou ser estendidos os princípios da autonomia das universidades, no tocante à criação, organização e extinção de cursos e programas.

Em outubro de 1997 foram editados os cinco primeiros decretos credenciando duas instituições no Rio de Janeiro, uma de São Paulo, uma da Paraíba e uma de Minas Gerais. No final do mesmo ano já eram 14 Centros em funcionamento, passando para 25 em 1998.

Os bons resultados obtidos por essas IES fizeram com que a experiência passasse a ser um válido modelo, semelhante a uma universidade de ensino. Vale registro que a legislação dispensa a obrigação da realização de pesquisas, muito embora várias casas façam excelente trabalho também nessa área. A maior mobilidade desse tipo de organização fez com que o progresso se instalasse em todo o Brasil.

Decorridos dez anos já existem em funcionamento 124 Centros Universitários, sendo a quase totalidade mantidos pela iniciativa privada. Alguns são altamente especializados em determinadas áreas do saber.

As regras para a instalação de novas instituições dessa tipologia passaram a exigir a manutenção de um mínimo de oito cursos de graduação. Antes não havia um limite.

As avaliações internas e externas constataram que alguns Centros já estavam aptos a se transformar em Universidades e os primeiros pareceres nesse sentido foram aprovados, em 2007, pelo Conselho Nacional de Educação.

Durante essa década milhares de brasileiros adquiriram o saber e se profissionalizaram através dos cursos e programas oferecidos por essas instituições.

O modelo híbrido de faculdade e universidade se tornou um dos bons exemplos de que, ao ousar e permitir novos experimentos, o Poder Público pode fazer com que se consiga alavancar, com qualidade, a educação nacional.

Tendências da educação brasileira em 2018

O ano de 2018 se inicia com expectativas de ser um período marcado por mudanças no Brasil, com reflexos naturalmente em todos os setores e, por via de consequência, na educação.

No sentido macro teremos em outubro a escolha do novo presidente da República, dos 513 deputados e 54 senadores (pois teremos a renovação de 2/3), 27 governadores e um número ainda incerto (provavelmente 1.059) de deputados estaduais e distritais, que a partir do ano seguinte estarão definindo as políticas públicas nacionais.

No campo da educação teremos mudança antecipada do ministro da Educação, uma vez que o atual responsável pela pasta se afastará para concorrer ao cargo de governador de seu Estado. O substituto deverá ser um dos secretários do MEC que deverá manter a linha que já vem sendo adotada.

A educação infantil e fundamental estará já trabalhando para implantar, em 2019, a base nacional comum curricular. A base do ensino médio será aprovada também no decorrer do ano, após um intenso sistema de debates com a sociedade.

Alias, o ensino médio, já alterado por legislação própria, será objeto de planos de implementação pelas escolas públicas e particulares.

No âmbito do ensino superior os temas se desdobrarão entre as IES públicas e privadas. Nas públicas, a tônica será a dificuldade financeira por falta de recursos orçamentários e o debate sobre a cobrança nos cursos de graduação, Já nas particulares haverá o prosseguimento do processo de concentração estabelecido pelos grandes grupos ao lado de uma fortíssima pressão do Ministério da Educação na supervisão. Teremos já em uso o chamado “monitoramento” e os “despachos sancionadores” que poderão trazer grandes impactos nas universidades, centros universitários e faculdades.

Teremos mudanças parciais no Conselho Nacional de Educação, com a renovação de metade de seus membros. A correlação candidato/vaga continuará sendo alta e a escolha será, como de praxe, mais política do que técnica.

Estão programados diversos congressos de grande porte, abordando os mais variados temas, havendo uma significativa regionalização, o que é positivo para o País.

Vários grupos estrangeiros estarão buscando parcerias que possam representar a preparação de alunos do Brasil para seus cursos implantados na Europa, Estados Unidos e Canadá.

O número de alunos não deverá ter um aumento significativo. Na educação básica, pelas dificuldades das redes públicas (especialmente as estaduais) e no ensino superior pela ausência de linhas de financiamento para os cursos de graduação.

A educação a distância continuará sua forte expansão e várias iniciativas para a manutenção de uma boa qualidade será notada. Haverá um processo mais intenso de implantação da EAD no ensino médio.

Novas tecnologias estarão sendo implantadas nos sistemas de aprendizagem, com a necessidade de elevados investimentos na capacitação e requalificação dos docentes e pessoal de apoio. Aliás, nesse campo, as promessas são relevantes, notadamente com o projeto das “residências pedagógicas”.

A reforma trabalhista, já em prática, alterará significativamente as relações

entre professores e auxiliares de administração da educação e estabelecimentos de ensino e fará com que as entidades sindicais patronais e de trabalhadores definam novos papéis no contexto brasileiro.

O Judiciário terá que decidir sobre questões significativas, provocadas, especialmente, por demandas iniciadas por entidades representativas do setor, tanto no Supremo Tribunal Federal como nas esferas inferiores.

teremos fortes avanços no Legislativo eis que por ser um ano eleitoral o funcionamento será reduzido. Mesmo assim, existirão dezenas de audiências públicas, mas poucos serão os projetos transformados em leis. Aliás, o Brasil não necessita de novas normas e sim de uma simplificação da “fúria legislativa” que temos por intermédio de medidas provisórias, projetos de iniciativa do Executivo, além dos decretos, portarias, portarias normativas, resoluções, deliberações e pareceres de caráter geral aplicáveis às escolas de educação básica e superior.

Por fim, será um ano com esperanças redobradas para que tenhamos um Brasil melhor, através da educação.

Os programas de alfabetização brasileiros

"Na América do Sul, o Brasil é o país mais extenso e populoso; mas, em compensação, para não dizer humilhação, é nas três Américas, o de maior índice de analfabetismo, que atinge a 85,2%." (Jornal do Brasil, edição de 27 de setembro de 1923).

O Governo Federal acaba de lançar o "Programa Brasil Alfabetizado". Segundo o Ministério da Educação é o "maior esforço já realizado na história do Brasil para eliminação do analfabetismo que, ainda nos dias de hoje, condena à exclusão social, cultural e econômica quase 20 milhões de jovens e adultos",

Segundo os dados oficiais serão 3 milhões de alfabetizados em 2003, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e mais 5 milhões em 2006.

Nos últimos 50 anos várias iniciativas foram registradas, a começar pela Campanha de Alfabetização de Adultos de 1947; à época, falava-se em 60% de analfabetos com mais de 15 anos.

Em 1959, um Decreto, dispôs sobre as campanhas extraordinárias de educação: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, Juscelino Kubitschek e Clovis Salgado firmavam publicamente o ato de lançamento da iniciativa.

Pouco depois, já em 1961, Jânio Quadros e seus principais ministros, resolveram prestigiar o Movimento de Educação de Base, baixando Decreto pelo qual diziam dar apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, então responsável pelo MEB, que vinham já fazendo experiências positivas, por meio das Escolas Radiofônicas. Foi fixado um Plano Quinquenal durante o qual se instalaram 15 mil escolas com o perfil específico de eliminar o analfabetismo.

Já em janeiro de 1964, pouco antes da Revolução, foi instituído por João Goulart o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o Sistema Paulo Freire, que contaria com substanciais recursos internacionais.

Além dessas iniciativas outras se sucederam, passando-se pelo MOBREAL, Fundação Educar e similares.

Poucos resultados foram obtidos e encerramos o século com uma enorme dívida social junto aos mais necessitados,

O problema do analfabetismo é anterior à criação do próprio Ministério da Educação, surgido em 1930, tendo como uma das missões, o de reversão do quadro caótico da educação pátria.

Durante os 73 anos de MEC dezenas de Ministros ocuparam o lugar principal. Como assinalou-se acima, vários programas foram criados, todos partindo de praticamente um zero. Não há o costume de se dar continuidade ao que foi criado por um governo anterior,

O "reinventar a roda" representa desperdícios de verbas e esforços humanos e materiais. Produzem-se materiais, capacitam-se educadores e, agora, remunera-se por analfabeto resgatado,

Pode até dar certo e esperamos que seja correta a estratégia ora implementada.

O envolvimento da sociedade, também feito nas oportunidades anteriores, é sempre positivo.

Igualmente o respeito às individualidades e às características sócio-regionais devem merecer atenção, contudo o mais relevante é saber se realmente o analfabeto quer se alfabetizar.

No Brasil existem mais de 215 mil estabelecimentos de ensino, espalhados por todas as cidades de nosso território, Muitos dos analfabetos de hoje não freqüentaram às escolas por falta de oportunidade; outros não o fizeram por que não quiseram,

Seria importantíssimo uma pesquisa nacional para se ouvir os analfabetos. Segundo as leis brasileiras, os direitos são iguais para os mestres, doutores e para os não-letrados. A resposta poderia possibilitar um definição melhor quanto aos números e esforços empreendidos, evitando frustrações por parte dos envolvidos no Programa,

Rã políticos e governantes, em todas as esferas, que tiveram muita oportunidade para se escolarizar mas, por opção, preferiram não estudar. O País respeitou sua decisão, não invadiu suas privacidades e aceitou o seu ponto-de-vista não rotulando-os de indivíduos de categoria inferior. É obvio que a educação é o elemento mais importante para o progresso, tanto do País, como da pessoa, mas também a liberdade de pensar e de agir é fundamental.

Os segmentos técnicos e políticos afirmam que todas as estratégias estão prontas e corretas; falta, contudo, corno se diz no esporte, é "combinar com o adversário".

A contribuição das escolas particulares para o desenvolvimento brasileiro

A educação foi implantada no Brasil pela iniciativa privada que, em 1549, fundou a primeira escola, na cidade de Salvador, na Bahia. Durante os 210 anos seguintes coube às entidades religiosas e, portanto, não-governamentais, a total responsabilidade pela formação da juventude do País,

Somente com a reforma imposta por Marquês de Pombal, em 1759, é que surgiram os colégios públicos que junto com os da livre iniciativa promovem até hoje a instrução em todo o território nacional. Os últimos dados estatísticos mostram que na educação superior há uma predominância das universidades, centros universitários, institutos superiores de educação e faculdades, cujas entidades mantenedoras são vinculadas a particulares.

Já na educação básica o quadro é inverso. O Censo de 2002 aponta para a existência de 214,188 estabelecimentos; desses, 202 são federais, 36.198 são estaduais, 143.535 são municipais e 34.253 são particulares.

A rede privada corresponde a 16% desse universo, com maior densidade na região Sudeste (27,49%), seguindo-se do Centro-Oeste (21,51%), Sul (16,70%), Nordeste (11,36%) e Norte (5,03%).

A maior concentração se vê no Distrito Federal onde 39,84% dos colégios não pertencem ao governo. É um fato curioso termos apenas 60,16% de escolas públicas na capital da república, onde exatamente moram os formuladores das políticas voltadas para a educação. A elite do governo não confia na educação pública?

A segunda unidade da federação com mais presença da iniciativa privada é a antiga capital; no Rio de Janeiro os colégios particulares atingem a 38,48% da rede. Seria uma tradição deixada pelos antigos detentores do poder?

Em posição inversa vemos os Estados da Região Norte. A menor presença da rede particular é no Acre, com 2,6% do total e em Roraima, com 3,21%.

Deixando-se um pouco de lado os aspectos quantitativos outro fator que merece comentários é quanto à contribuição com a redução de despesas para o Poder Público. Não dispomos dos números oficiais em termos de gastos por aluno, contudo a estimativa é de que custo médio do discente na educação básica é de R\$ 900,00 anuais. O orçamento do Governo Federal para 2004 está em discussão no Congresso Nacional mas o próprio Ministro da Educação já conclamou os estudantes a pressionarem Deputados e Senadores para que seja alocado um maior volume de numerário para a manutenção das escolas oficiais e programas.

Estudam nas escolas particulares de educação básica mais de 5 milhões e 500 mil alunos, Tomando-se por base o valor por aluno podemos afirmar que, se inexistissem os estabelecimentos particulares, o Governo teria que desembolsar mais R\$ 5 bilhões por ano para atender, em sua rede, os alunos que, por estudarem nos colégios particulares, desoneram a despesa governamental.

Não há números exatos também quanto à formação dos membros da cúpula dos três poderes. Pouquíssimos são os que não passaram uma significativa parte de suas vidas, quando alunos, pelos bancos escolares dos colégios particulares, Os legisladores, executivos e julgadores têm (ou tiveram) um vínculo com os colégios não oficiais. Seus filhos e dependentes estão matriculados em escolas particulares, por opção de seus familiares.

Falando-se em qualidade, as avaliações nacionais e internacionais vêm apontando que os alunos dos colégios públicos não conseguem alcançar os mesmos resultados obtidos por seus colegas que estudam nas unidades de ensino privadas. Em outras palavras pode-se concluir que a posição do Brasil no ranking mundial seria significativamente pior do que o visto nas últimas divulgações pelas agências multinacionais. É a contribuição no campo da imagem.

Não se pode deixar de registrar a geração de empregos feita pelos estabelecimentos particulares e a conseqüente contribuição tributária e previdenciária recolhida aos cofres da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Muitos outros pontos poderiam ser elencados, contudo nos restringimos aos acima Não se deva ver uma rede concorrente da outra, mas complementar e alternativa.

Somente nos países totalitários existe um modelo único de escola. O pluralismo é fundamental, quer nas idéias, quer na execução dos planos.

Não deveria o Poder Público intervir nas relações entre alunos e escolas, como vem acontecendo nos últimos anos, com sérias conseqüências para o segmento. Compete-lhe a avaliação de qualidade e a autorização para funcionamento, quando se tratar de educação regular. Caso não tivesse essa cultura estatizante, a contribuição das escolas particulares seria ainda muito maior, permitindo que a cidadania seja plenamente alcançada e, especialmente, com certeza de modelos diferentes e alternativos.

Grandes Eventos Educacionais

O segundo semestre de todos os anos é marcado por inúmeros Congressos, Fóruns, Seminários, Simpósios e Encontros ligados à educação.

Marcam, quase sempre, reflexões acerca do primeiro período e estabelecem bases para um novo ano eis que dificilmente as teses apresentadas têm tempo útil para serem aplicadas no mesmo ano letivo.

A contribuição científica desses eventos tem sido considerada, por muitos analistas, como de alto nível pelos padrões de qualidade dos expositores e debatedores que se esforçam para atender a uma série de convites das organizações promotoras, governamentais ou não-governamentais.

Nessa série de simpósios o grande obstáculo para uma maior participação é o custo dos deslocamentos físi-cos dos interessados e os locais de concretização dos encontros. Não obstante serem usados, em praticamente todos os momentos, bons recursos instrucionais, a transmissão acaba sendo em pequena intensidade, obsta a ausência de verbas para as remessa dos sinais via satélite e equipamentos para baixar os sinais receptivos.

Pensando nessa carência o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem desenvolvendo um sistema bastante eficiente (e de baixo custo) para que as palestras e debates se façam por teleconferências audio-digitais, com transmissão de voz via internet_ A qualidade, considerada de bom padrão, permite que pessoas no Brasil e no exterior recebam os conhecimentos dos partícipes dos congressos e demais realizações dentro dos horários que mais interessam aos ouvintes e, ainda mais, retransmitam em suas unidades educativas. possibilitando grupos de debates e conclusões mais amplas_

Dessa forma, a tecnologia alia-se à educação possível e ao alcance dos estabelecimentos de ensino existentes em todas as localidades, reduzindo as desigualdades sociais e contribuindo para o resgate de uma imensa dívida social acumulada ao longo dos anos.

A responsabilidade do Poder Público para o Desenvolvimento da Educação Brasileira

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A afirmativa acima está contida em nossa Constituição Federal, sendo repetida nas Cartas Magnas dos Estados e nas Leis Orgânicas dos mais de cinco mil municípios brasileiros.

Aliás, nas oito Constituições que o Brasil já teve, textos semelhantes são encontrados. A carta Imperial de 1824 já afirmava que "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos", e nas frias leis sempre se conclamou a participação da sociedade na importante missão de educar.

Diversas reformas na educação foram feitas, através da legislação emanada do governo central, impondo diretrizes e modelos à população sempre crescente. Os resultados têm sido tímidos e os programas, quase sempre interrompidos, demonstram a pouca atenção que é dada a tão importante segmento.

Sem educar não-há progresso e sem o desenvolvimento do povo inexistente o exercício da democracia!

Temos sido vítimas do centralismo do Poder, que não se acostumou a ver a mudança dos tempos e ânsia de participação da sociedade nas grandes decisões.

As reformas educacionais de gabinete nunca funcionaram, como comprovam as estatísticas e o resultado das pesquisas.

O Brasil tem hoje os mesmos 20 milhões de analfabetos que tinha em 1901. Passou um século e continuamos com igual marca, terrível para os cegos do saber.

O perfil do eleitorado mostra que ainda não é satisfatória a educação em todo o País, e os dados das eleições dão conta de que, dos 94 milhões de votantes, 9,02% são totalmente analfabetos e 26,73% semianalfabetos. Apenas 3,78% dos que elegem os governantes têm nível superior.

Existem atualmente no Brasil 220 mil estabelecimentos de ensino, sendo mais de 80% públicos, onde estudam 35 milhões de jovens. A rede física, apesar de não ser excelente, é bastante satisfatória, contudo o abandono da maioria dos prédios faz com que os anseios de aprender sejam desestimulados, ferindo o ego dos estudantes e dos professores. O professor perdeu prestígio nas últimas décadas e invejamos o "ranking" apresentado recentemente por um instituto de pesquisas americano: naquele país, os professores ocupam o terceiro lugar dentre as posições de maior prestígio, ficando apenas atrás dos médicos e cientistas.

O descaso das autoridades públicas com a educação é avassalador e representa uma verdadeira tormenta para a sociedade.

Não basta o esforço sobre-humano de alguns para se reverter o preocupante quadro nacional: precisamos de uma verdadeira cruzada nacional pela educação de qualidade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, recentemente aprovada, permite significativos avanços, entretanto o hábito de excesso de regulamentação a compromete mortalmente.

Quanto menores forem as amarras impostas pelos "donos dos cartórios", que estimulam a burocracia estatal, melhor será para o País. Existe uma linha direta

entre causa e efeito também no campo educacional, e isso ainda não é sentido pela sociedade a curto prazo.

O Brasil já experimentou 164 ministros encarregados da área de educação em seus 175 anos de independência, representando uma média assustadora de 1,06 ministros/ano, e permanecemos com milhões de analfabetos.

Estamos assistindo pacificamente aos primeiros Decretos Presidenciais regulamentando a educação, já na vigência da nova LDB, e grandes retrocessos se apresentam. Está sendo constituída uma "legislação do século XIX para reger o século XXI, como diz Cláudio Moura de Castro.

Jacques Chirac, em recente pronunciamento, lembrou que "quanto mais passa o tempo, mais o sucesso individual e nacional dependerá da educação".

Os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios mostrou que a chance de não ter emprego é de apenas 1,32% para quem tem diploma de ensino superior e de 15,68% para a população, como um todo. Quanto à probabilidade de renda, a mesma pesquisa alertou que apenas 0,9% de pessoas sem qualificação educacional têm chances de ganhos acima de 20 salários mínimos; concluindo o ensino médio, essa oportunidade passa para 2,7% e, com o curso superior, chega a 17,1%. Arrematando esses dados, a mostra afirma que os que têm menos de um ano de escolaridade representam 23,15% dos que ganham até meio salário A mínimo e 21,95% dos que recebem entre meio e um salário.

Não obstante esses dados, permanecemos vendo os decretos sendo baixados, como tentativa de solução para a educação brasileira.

Inexiste debate com os segmentos interessados, e nem mesmo os órgãos colegiados estão sendo ouvidos na regulamentação da lei maior da educação brasileira Os Conselhos de Educação, silentes até o presente momento, estão, ao que parece, à margem das discussões, perdendo ainda mais o prestígio, que já era bastante reduzido.

O próprio Poder Legislativo foi deixado de lado, eis que se legisla acessoriamente por decretos, que abrangem todo o território nacional, invadindo competências que pertencem aos Estados e Municípios. Coloca-se à margem, não só as lideranças educacionais, como também os parlamentares, que têm o dever de representar o povo brasileiro.

Vivemos numa época onde a democracia já encontrou os seus caminhos, a economia segue os seus destinos com flexibilidade, a imprensa já tem sua liberdade de expressão, entretanto inexiste o tão almejado direito constitucional de aprender e de ensinar .

Esperamos que sejam sustadas as edições de decretos infrutíferos e sem respaldo da população e que se incentive a sociedade a uma profunda participação para aí, sim, alcançarmos verdadeiramente o desenvolvimento.

Os Planos para a Educação Nacional

A constituição federal de 1988 exigiu que o Brasil tivesse um Plano Nacional de Educação sendo essa disposição repetida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Diz a Carta Magna que a lei estabelecerá o Plano, cuja duração deva ser plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder público que condizem à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Aproxima-se o décimo aniversário e promulgação da lei maior brasileira e não temos ainda em vigor um plano nacional para a educação.

O baixo nível qualitativo da educação brasileira é o resultado de falta de políticas públicas de longo prazo e as mudanças de responsáveis pelo setor trazem fortes reflexos no quadro hoje notado.

Ao longo de nossos 175 anos de independência tivemos 166 ministros encarregados pela educação, o que representa uma média assustadora de 1,05 ministro/ano e o que é mais grave ainda, com uma política para cada época.

No Brasil 90% das crianças entre 7 e 14 anos frequentam a escola contudo um contingente de 2,7 milhões de jovens em idade escolar permanece roda do sistema educacional. Os brasileiros estudam em média 5 anos e meio e o analfabetismo atinge a 15,6% da população com mais de 15 anos. Cerca de 35% da população com mais de 10 anos tem apenas três anos de estudos, fazendo com que apenas 29,5% da população economicamente ativa conclua o ensino fundamental.

Pressionados pela exigência constitucional o Governo Federal reuniu algumas entidades e apresentou o plano que julgou conveniente para nortear os próximos dez anos da educação, remetendo-o à Câmara dos Deputados para análise do Legislativo e transformação em lei. O documento aproxima-se mais um plano de metas de um governo do que a um plano geral para educação, abrangente como deva ser. Melhorá-lo será uma tarefa difícil eis que, por natureza, não veio das bases mas sim dos técnicos governamentais.

Paralelamente alguns parlamentares apresentaram outro projeto para ser estabelecido o Plano Nacional de Educação encaminhando-o igualmente à Câmara para estudos com características mais detalhadas, entretanto peca igualmente por não ter vindo das verdadeiras bases educacionais.

Um ponto comum aos projetos é a busca da qualidade na educação, com maiores verbas para remuneração condigna do professor. Aliás, esse tema, já vem sendo discutido sem solução há século e meio. Na época do Brasil Império, na abertura do ano Legislativo de 1855, um importante Senador assim se pronunciava quanto às causas e soluções para educação. O professorado não é somente uma vocação é também uma carreira: para reabilitá-lo, o que compõe fazer? Debalde impor-se-ão obrigações, exigindo maiores habilitações dos professores e sobrecarregando-os de maior responsabilidade. Antes de tudo é preciso tê-los: e como? Nesta concorrência geral da indústria e das profissões civis, onde com menores habilitações maiores vantagens se alcança, como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante módico pagamento.

O debate sobre o Plano Nacional de Educação precisa ser ampliado, não podendo ficar restrito aos participantes das Comissões de Educação das duas casas do Congresso Nacional. Caberá ao relator da matéria ouvir os segmentos

efetivamente interessados, ampliando os debates e levando-o às entidades que efetivamente representam a educação brasileira de todos os níveis e segmentos.

Mantendo-se as expectativas de planos gerados sem a participação popular dificilmente sairemos das desastrosas estatísticas que envergonham o País.

O mais importante não é sabermos como entrar no Século XXI, mas sim termos coragem de sair do Século XIX, tal o atraso em que vivemos em muitas escolas espalhadas pela vasta Nação Brasileira.

A busca de soluções para os problemas educacionais é tarefa de todos, não devendo-se restringir aos governantes e nem apenas aos parlamentares. A sociedade civil tem que participar e cabe um grande chamado público par que as contribuições surjam

O Plano Nacional de Educação precisa retratar as decisões da sociedade para ser implementado pelo Poder Público, do contrário será mais uma lei que deixará de ser cumprida e não provocará as efetivas mudanças exigidas para o resgate da enorme dívida social existente.

Violência Escolar

A violência contra a infância e a adolescência tem sido objeto de estudos em várias partes do mundo, e ações concretas de milhares de organizações não-governamentais tem se associado a planos políticos para a minimização das práticas que põem em risco gerações inteiras.

Diversas revistas científicas têm tratado desse grave mal que afeta a humanidade. Normalmente costuma-se vincular as agressões à camada mais pobre da população e às camadas semi ou totalmente abandonadas. O noticiário da grande imprensa também enfoca com frequência essa triste verdade que choca a todos; sejam eles habitantes de países desenvolvidos, como aqueles que possuem indicadores sociais.

O Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem se preocupando, há vários anos, com a análise de um tipo específico de violência: o da violência escolar. É um quadro desolador o constatado pelas-pesquisas; sendo muito poucos os trabalhos que objetivam a correção do comportamento dentro das escolas públicas e particulares.

Os jovens do mundo moderno vão para as escolas já sofrendo reflexos das mutações sociais. O conceito de família vem mudando: enquanto que o comportamento das escolas se mantém estático. Muitas crianças vivem em mundos diferentes daqueles, ensinados nos livros escolares e adotados pelos estabelecimentos de ensino.

Nas classes menos favorecidas temos inúmeras crianças que desconhecem seus verdadeiros pais, e os que, por muitas vezes, fazem o papel do pátrio poder não têm uma ligação tão afetiva quanto seria desejável e, às vezes, nem existem. Já nas camadas mais altas da sociedade, muitos pais são substituídos por avós que assumem a paternidade e ministram os primeiros ensinamentos quando não podem transferir a responsabilidade a terceiros.

Há um grande número de famílias bem estruturadas, mas há um aumento sensível daquelas que tornam formas diferentes das consagradas pela história. As crianças vão para a escola normalmente cedo, deparando-se com a evidência das desigualdades familiares, no momento em que são forçadas a estudar os conceitos de pai, mãe, avós paternos, avós maternos, etc. Participam da festa do dia dos pais, quando muitas das vezes sequer os conhecem caracterizando uma forte violência escolar. As sequelas são quase sempre irreparáveis, sob o ângulo psicológico, e a falta de preparo dos professores (e da escola, como um todo) é flagrante.

Antes mesmo das malfadadas comemorações do dia dos pais, o jovem estudante já passa por outras violências não formalmente sentidas pelos adultos: o de estrutura disciplinar das escolas.

Vivemos hoje num mundo onde a "pedagogia da tela" é a primeira escola. Desde os mais tenros dias, a criança já assiste à televisão e tem os ensinamentos - bons e ruins - via os modernos sistemas de transmissões. Na TV, convive com a violência, ao lado disso, tem absoluta liberdade para trocar de canal, quando o assunto não lhe interessa, ou sair da frente da "escola virtual" na hora que bem quiser.

O direito de ir e vir é plenamente aplicado, e desde os primeiros passos é exercido.

Chega à idade escolar (ou passa antes pelas creches, que em muitos casos parecem mais um depósito de crianças que atrapalham a vida dos pais) e

estabelece-se um choque fundamental na vida do aluno: não há mais liberdade, e as regras são impostas de forma comum a todos. Aplica-se o regulamento genericamente e não são respeitadas as inteligências múltiplas, já evidenciadas nessa fase da formação infantil.

A professora não é tão bonita quanto à apresentadora do programa infantil; a escola não é tão animada quanto o programa assistido há dois ou três anos. Não há mais aquela liberdade antes já assimilada pela criança. Tudo é absolutamente diferente.

As poucas semanas (ou dias) de adaptação não são suficientes para tomar possível a transição ambiental: submissamente, quase todos se moldam ao novo modelo de vida. Os que não se ajustam são considerados "crianças problemas", quando na verdade o problema é uma escola medieval que ainda persiste ao longo dos séculos. Aboliu-se palmatória e os grãos de milho onde os alunos eram castigados, mas o autoritarismo permaneceu praticamente o mesmo.

São comuns as agressões físicas entre as crianças consideradas, normais, mas que são, na verdade, forte reflexo, não só do clima pesado existentes nos colégios, como também das práticas assinaladas via filmes da televisão e brinquedos feitos por adultos desajustados.

Superados esses anos e as terríveis comemorações do dia dos pais, mães, etc. começavam as avaliações idênticas para os alunos, nivelando-se numa média igual em todas as disciplinas, as aprovações ou reprovações. As provas são verdadeiros alçózes, e os professores aplicam-os testes sem poder diferenciá-los, face às normas vigentes ao longo dos tempos. Todos precisam ser iguais, e os que não atingem aqueles índices técnicos são rejeitados e considerados novamente "problemas". As notas são usadas como arma contra a indisciplina.

O erro é quase sempre da escola, que não avalia conforme as peculiaridades de cada um. A média é a mesma para superdotados (hoje mais de 4 milhões só no Brasil), deficientes e alunos comuns. Gardner, renomado pesquisador, mostrou ao mundo que existem diversos tipos de inteligência e que nenhum de nós é excelente em todas as áreas. Na vida, temos essa diversidade, mas na escola, não: ou somos iguais ou recebemos a "nota vermelha", que nos tolhe de uma série de privilégios em casa.

Aquelas crianças que não são bons alunos são geralmente proibidas de brincar, assistir televisão, sair com os amigos, receber presentes e outros incentivos materiais. O professor parte ainda da tenebrosa busca ao erro do aluno, para dar a sua nota. Usa-se o termo "correção de prova", que mostra que a mesma não deve estar correta. O vermelho é o sinal do erro, e a cada item vão-se retirando pontos até chegar-se a um resultado final. Entendemos que deveria ser exatamente o contrário, onde se evidenciasse o acerto e estes iriam acumulando pontos até chegar ao máximo.

Em várias partes do mundo, suicídios na infância e adolescência multiplicam-se, em função de notas baixas e reprovações. Recentemente a imprensa brasileira iniciou caso de simulação de sequestro para fuga de aluno, em dia de prova. Paralelamente, impõe-se a educação física, e quem não possui habilidades é reprovado sumariamente. Além disso, mortes são registradas, pelo total despreparo da escola em atender os fisicamente incapazes.

Esse processo vai-se consolidando até chegar o concurso do vestibular, que representa um atraso secular em nossa história. As provas de acesso ao ensino superior provocam outra brutal agressão à sociedade, onde os mais necessitados, impossibilitados de melhor preparo para os exames (uma vez que são forçados a

trabalhar cedo), não conseguem ingressar nas instituições públicas e são relegados ao abandono ou forçados a fazer seus cursos na rede privada de ensino. Já os que vêm de famílias mais ricas e que não trabalham enquanto cursam o ensino médio e frequentam bons cursos de nível médio conseguem o ensino superior gratuito, violentando o direito dos mais pobres.

Novamente o ciclo de violência se repete nas instituições de ensino superior. Agora, são submetidos aos exames de saída, para avaliação do "produto". Far-se-ão provas iguais de norte a sul do país para aferir a qualidade de ensino. Na verdade irá se testar o nível de conhecimento do aluno, divulgando-se os resultados por instituições. O bom aluno poderá ser prejudicado pelo resto de sua vida profissional, face ao fraco desempenho de seus colegas, vítimas de violências sofridas ao longo de muitos anos de aprendizagem.

Esse cruel ciclo a que todos são submetidos evidencia uma forte decadência do sistema educacional, sofrido pela falta de políticas públicas duradouras. Mostra o desespero das escolas e dos professores, que não conseguem sentir imediatamente os reflexos negativos do modelo.

As revoltas que se acumulam ao longo das séries vão excluindo do sistema milhões de pessoas, fazendo com que poucas consigam atingir ao topo de sua formação. Apenas 2% dos eleitores brasileiros possuem cursos superiores completos, e dessa camada saem quase sempre os governantes e parlamentares. Os 98% foram excluídos por diversas razões, feridos no seu direito constitucional de aprender.

Essa terrível e preocupante realidade não é privilégio ou desgraça só do Brasil. Muitos países sofrem do mesmo mal.

A França adotou projeto para reduzir o que já se intitula de "guerrilha escolar" já que a revolta de alunos atinge não só os próprios alunos, conto a professores e dirigentes educacionais, chegando a ter sido criado um "observatório da violência e da delinquência no meio escolar". Em outros países há registros semelhantes.

No Brasil, verificamos, recentemente, morte e explosões de bombas escolares, com risco de várias consequências físicas e danos irreparáveis. E preciso que se estabeleçam claras distinções entre as vítimas de um processo familiar, social e educativo perverso, daqueles que se incluem no grupo de delinquentes. Aos primeiros, devemos dar ajuda; aos últimos, severas punições.

A violência aumenta a cada dia, lado a lado, estabelecendo riscos incalculáveis de se manter punindo os inocentes e absolvendo os culpados. Esse conjunto de reflexões é um sinal de alerta para que sociedade saia da passividade e busque, unida, soluções.

A Imprescindível necessidade de valorização do professor como Instrumento para o Desenvolvimento Brasileiro

A primeira reforma do ensino que o Brasil conheceu data de 28 de junho de 1759 e foi determinada por D. José I, sob a inspiração do Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal.

O alvará régio criou categorias de docentes e em seu artigo doze determinava que "todos os ditos professores levarão o privilégio de nobres, incorporados em direito comum e, especialmente, no Código Título de professoribus et medieis."

Antes havia apenas o ensino religioso, desenvolvido graças à atuação dos padres jesuítas que chegaram ao Brasil em 1549 e imediatamente fundaram os primeiros colégios, que foram responsáveis pelos ensinamentos durante 210 anos.

Vê-se, assim, que o surgimento do professor, como carreira profissional, teve um início bastante privilegiado e com reconhecimento do poder público. Aliás, desde a época em que se elaborava a reforma supracitada - durante o reinado de D. João V, conferia-se aos instrutores e professores o título de "Ministro das Letras" os quais eram chamados e consultados pelas mais altas autoridades para dar pareceres nos casos importantes. O professor era vitalício e irremovível.

Com a vinda da Família Real, em 1808, novos colégios foram incentivados e ampliou-se o mercado de trabalho. Os mestres ganhavam, em Portugal, 200 mil réis anuais e, no Brasil, eram remunerados entre 400 e 500 mil réis, o que provocou a vinda de muitos ilustrados.

A proclamação da independência refletiu sensivelmente no ensino e escassearam-se os recursos destinados ao pagamento dos professores. Um relatório do Ministro do Império, em 1836, apontava a "falta absoluta de candidatos às cadeiras de professor", ressaltando que "os salários são fracos e não convencem, fazendo com, que prefiram outros empregos mais lucrativos e com melhores oportunidades no futuro". Criaram-se muitas escolas, mas a ocupação de vagas era insatisfatória.

Para custeio da rede foi criada a taxa escolar nas escolas públicas, contudo os recursos gerados eram insuficientes. Antes existia o "subsídio literário", que custeava o ensino público.

Um pronunciamento feito em 1855 pelo Visconde de Sinimbu apontava causas e caminhos de solução para a educação nacional. Dizia o senador: "O grande problema da instrução primária entre nós, a resolver, está na maneira por que em um país tão vasto e com uma população disseminada só poderão derramar seus conhecimentos. O professorado não é somente uma vocação, é também uma carreira: para reabilitá-lo, o que cumpre fazer? Debalde impor-se-ão obrigações, exigindo maiores habilitações dos professores e sobrecarregando-os de maior responsabilidade. Antes de tudo é preciso tê-los: e como? Nesta concorrência geral da indústria e das profissões civis, onde com menores habilitações maiores vantagens se alcança, como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante o módico pagamento?"

No início da República o quadro era caótico, exatamente pela falta de docentes capacitados. Num pronunciamento o Ministro Joaquim Seabra, encarregado da Justiça e Negócios Interiores (onde a educação se inseria), encontramos o seguinte trecho: "O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se sua reforma radical, ou é preferível aboli-lo de vez".

Diversas iniciativas foram tentadas ao longo deste século, contudo com avanços e retrocessos,

O manifesto pela Reconstrução Educacional no Brasil, assinado em 1932 pelos "pioneiros da educação nova", já alertava ao povo e ao governo sobre os caminhos a serem seguidos. Pouco se observou e existe hoje uma enorme dívida social que precisa ser resgatada.

O país precisa investir muito para entrar pela porta da frente no século XXI. O acesso maciço à escola já é uma realidade em todos os países latino-americanos, entretanto o desenvolvimento exige a melhoria da qualidade. A frequência ao ensino fundamental quase dobrou nas últimas décadas e o médio vem experimentando resultados altamente favoráveis, em termos quantitativos, o que forçará um aumento significativo das matrículas nos cursos superiores.

O Governo Federal criou recentemente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério e pela lei a maior parte dos recursos deve ser destinada ao pagamento de professores. Com isso, os salários tiveram aumentos, especialmente em Estados do Nordeste, entretanto ainda muito aquém do necessário para a dignidade do professor.

A ampliação da rede física de escola é precisa, não obstante termos cerca de 220 mil estabelecimentos espalhados por todo o território nacional, contudo o resgate da dignidade do professor é condição essencial. Estudo do Banco Mundial prevê que o Brasil será gigante no próximo século mas, para que isso ocorra, é importantíssimo que se invista em educação. Precisamos reverter um quadro onde apenas 3,78% dos eleitores têm curso superior completo, contra 35, 75% de analfabetos e semianalfabetos.

A Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio já ensina que a chance de não ter emprego é de 1,32% para quem tem diploma de nível superior, contra 15,6% para a população como um todo e que a probabilidade de renda superior a 20 salários-mínimos mensais passa de 0,9% para 2,7%, para quem completar o ensino médio e para 17,1%, para quem terminar o ensino superior.

Inúmeros são os exemplos que mostram a necessidade de escolas de qualidade e, para que isso aconteça é preciso professores valorizados.

É imprescindível a valorização do professor para o desenvolvimento brasileiro. A remuneração mais digna é de suma importância, contudo tem que se avançar, estimulando o ego dos docentes e respeitando-os como profissionais de primeira linha.

A história conta que no passado era conferido aos docentes os mesmos privilégios dos nobres, sendo chamados e consultados pelas mais altas autoridades para opinar nos casos importantes.

Hoje, pouco se usa do saber do mestre e às vezes o transformamos num mero transmissor de conhecimentos.

O Brasil dispõe de dedicadíssimos profissionais, muitos com excelente formação, entretanto estão sendo colocados à margem do processo, nos grandes momentos nacionais.

Os desafios da modernidade são imensos e não é tarefa somente para grupos isolados, técnicos ou políticos. Cabe à sociedade exercer o seu papel e, em especial, à escola. Abrindo-se mais os debates públicos e incentivando-se a participação surgirão brilhantes contribuições capazes de efetivamente reverter o tempo perdido e alavancar o progresso.

Apoio a Juventude

Os 21 milhões de jovens brasileiros com idade entre 12 e 17 anos, aproximadamente 8 milhões, 38% do total, tem motivos de sobra para temer o futuro, ameaçado devido à precariedade do sistema educacional e à pobreza em que estão sendo criados. Essa é a conclusão do relatório "situação da Adolescência no Brasil", divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF.

Segundo o documento oficial dos 8 milhões citados, 1,3 milhão são analfabetos; 3,3 milhões abandonaram a escola e 1,9 milhão tem de 10 a 14 anos e trabalham.

Dados do Poder Judiciário revelam que 53% dos criminosos são jovens entre 18 e 24 anos e o envolvimento com drogas está presente na maior parte dos delitos. As classes mais favorecidas economicamente engrossam essa triste estatística, não sendo privilégio dos menos afortunados, como se costuma dizer em diversas ocasiões.

Apesar dos aspectos já citados os números têm melhorado, se comparados com anos anteriores programas como o Bolsa Escola e o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, têm ajudado a corrigir distorções e já temos 97% das crianças de 7 a 14 anos nas escolas.

O UNICEF lembra que apenas 11,2% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluem o ensino fundamental e que tão somente 33% dos entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio.

Alguns países vêm buscando soluções para o apoio à juventude, criando programas especiais ou, permanentes para a existência de melhores condições a curto, médio ou longo prazo.

O Brasil não há um órgão encarregado especificamente da juventude. Projetos diluídos por diversas repartições públicas e organismos não governamentais predominam. Não se oportunizam, na prática, os discursos e um grande quantitativo de pessoas de baixa idade vão sobrevivendo ao sabor da sorte.

O programa do primeiro emprego lançado pelo governo federal pode contribuir um pouco, mas outros devem se somar às medidas oficiais.

Claro que a juventude precisa de liberdade para realizar seus sonhos mas, acima de tudo, há de se oportunizar esperanças e perspectivas de dias melhores.

Educação Superior a Distância

O Ministério da Educação pretende oportunizar a criação de 293 mil vagas em cursos superiores ministrados por educação a distância, nos próximos quatro anos.

Essa afirmativa vem do titular pelo órgão que diz não ter a idéia de fundar uma grande universidade virtual, mas de aproveitar as existentes que possuem cursos presenciais, incentivando-as a implantarem novas tecnologias para o crescimento da oferta

Atualmente as normas para o funcionamento das instituições que pretendem oferecer cursos de graduação a distância são complexas e inibem o forte desenvolvimento setorial eis que exigem -Tedenciamento específico pelo MEC_ Mesmo assim, cerca de mais de 60 universidades e faculdades conseguiram a autorização governamental e vêm fazendo seus programas.

Os programas autorizados demonstram uma grande diversidade de linhas pedagógicas e tendências filosóficas. Com o tempo haverá a possibilidade de se aferir resultados em termos qualitativos.

A educação a distância é, na verdade, a única forma de se ter a democratização do ensino de qualidade no país, cuja característica é o imenso território. A dimensão continen não possibilita que existam bons mestres e doutores em todas as cidades, o que prejudica na prática, o cotidiano escolar. Com o uso da EAD os mais renomados docentes podem auxilia o aprendizado, permanecendo nos grandes centros mas interagindo com os discentes, por meio das tecnologias acessíveis.

Ações industrializadas e países em desenvolvimento conseguiram excelentes resultados na ampliação do número de matiiculaclos no ensino superior usando o sistema semi-presencial e a distância. Vemos mega-universidades com centenas de milhares de jovens matriculados em excelentes cursos. Normalmente os alunos que estudam a distância têm rendimentos iguais — e até superiores aos presenciais. A flexibilização de dias e horas e o maior sentido critico para as pesquisas são elementos que ajudam nos resultados favoráveis.

No Brasil a educação a distância já existe há quase um século, embora tenha se notabilizado mais no campo da educação básica e profissional. Existiam poucos projetos no nível superior e assim mesmo, na pós-graduação lato senso.

Já avançamos bastante, mas há mudo a ser feito para se ter condições de atendimento à excluídos sociais.

A EAD, utilizada em escola, reduz sensivelmente os custos, sem comprometer a qualidade.

A educação e os desafios do novo governo

O novo governo brasileiro que ascendeu ao poder com urna ampla margem de aceitação da população, trouxe propostas de fortes mudanças em praticamente todos os setores, mas principais atenções são traçadas para a área social.

A educação, naturalmente, está contemplada nesse contexto de reformas, objetivando dar o acesso ao aprendizado e permitir com isso a plena cidadania, bem como assegurar meios capazes de possibilitar qualidade em todos os rincões brasileiros.

No discurso de posse o Presidente da República não há expressão direta ao ensino ou aprendizagem, embora, de forma transversa, fale em desenvolvimento científico.

Não obstante à ausência de itens pontuais no primeiro pronunciamento oficial, a liderança maior do país delega à um dos mais renomados educadores brasileiros a missão de chefiar o Ministério da Educação e esse, por sua vez, lança as idéias de estruturação de um plano plurianual de ações que irá complementar — e até corrigir — o já defasado Plano Nacional de Educação.

A pobreza, que atinge a 32% da população e alcança á marca de 54 milhões de pessoas, só poderá ser diminuída se existirem investimentos maciços e trazer no seu bojo, práticas ligadas à instrução de crianças e adolescentes.

Os compromissos dos partidos políticos lançados em todas as campanhas afirmam que sem educação não há desenvolvimento. Nos últimos anos foram notados bons números, em matéria de expansão das matrículas, contudo a qualidade está ainda muito distante da almejada_

Sair dos planos e iniciar as ações são as grandes dificuldades eis que os recursos financeiros — não muito grandes — são mal aplicados na maioria das vezes. Um dos pontos primordiais tem que ser o aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de educação, para que aumente a eficiência e apresente resultados de melhoria nas salas de aula. A atividade meio — a administração da educação — tem se tomado mais complexa do que a atividade fim, que é o ensino.

Não temos um projeto completo sobre a educação brasileira e o que se nota são planos de ações elaborados por equipes muito distantes do cotidiano escolar.

O governo tem que mostrar suas diretrizes e debatê-las junto à sociedade, aceitando posições e não aniquilando os que tenham divergência.

Aliás, já diziam na antiguidade: 'democracia é conviver com os contrários'.

A Modernização das Instituições de Educação como fator de competitividade

As instituições de educação são, por natureza, os meios naturais para a formação dos recursos humanos que impulsionam as nações.

Ao lado do apoio para o desenvolvimento das potencialidades intrínsecas da criança e do adolescente, as escolas preparam para a cidadania plena e para o mercado de trabalho.

O equilíbrio entre os pontos imprescindíveis para que os jovens tenham uma forte base humanística e um excelente desempenho profissional é um grande desafio para as unidades de ensino, bem como os educadores que atuam nas mesmas.

É claro que as exigências para o ingresso no setor produtivo vêm aumentando a cada momento. Existem indicativos que os candidatos tenham cinco requisitos fundamentais: compromisso com os resultados, visão empresarial, habilidade com pessoal, habilidades estratégicas e visão estratégica.

Um bom profissional persiste até solucionar um problema ou alcançar a meta traçada; precisa ser produtivo e entender rapidamente a essência dos temas empresariais mais complexos; tem que saber como atrair talentos que permitam melhorar as organizações, ter qualidade para desenvolver planos criativos e funcionais e, por último, saber como transmitir às demais pessoas a missão, propósito e a direção estratégica.

Sabendo-se dos pré-requisitos para um ingresso com chances de sucesso nas empresas (que representam o enorme espaço para sobrevivência num mundo cada vez mais globalizado), ou mesmo atuar como profissionais liberais, nos órgãos governamentais e demais segmentos, os estabelecimentos escolares precisam se modernizar não só nos itens conceituais, como também nos meios físicos e estruturais.

As reformas do ensino feitas pelo Poder Público permitem maiores avanços e, especialmente, a liberdade de aprender e ensinar.

Hoje há flexibilidade de currículos, sem se exigir os antigos planos mínimos de conteúdos que acabavam se tornando os máximos ministrados em várias disciplinas. A elaboração do projeto político-pedagógico passou a ser competência dos colégios, independente de seus níveis e modalidades. A figura do docente e do gestor da educação foi valorizada e se tem uma razoável universalização do ensino básico no Brasil.

Essa liberdade, entretanto, tornou muito mais difícil, para os incompetentes, a missão de dirigir uma escola e a de educar. Em contra-partida, vê-se um extraordinário êxito para os capazes.

Quando se fala em competitividade é relevante que se veja a disputa de mercado inter-escolar, como também no cenário futuro, para os alunos.

Não se pode esperar sucesso na vida para pessoas que tiveram uma má formação educacional, excetuando-se os casos de desvio da regra geral.

A "fábrica de talentos" é a escola mas, como deve ser essa verdadeira indústria de pessoas de sucesso?

Não se encontra na literatura nem nos resultados de inúmeros eventos educacionais uma fórmula mágica com traços bem definidos. Existem indicativos

que representam razoáveis diretrizes e todos dizem que é preciso modernizar.

Algumas organizações investem maciçamente em tecnologia; outras, nas equipes e um terceiro grupo fica "parado no tempo", esperando que a tradição as sustentem no mercado educacional, sem deixar, contudo, de fazer alguns processos de ajustes operacionais. Esse último grupo, por dispenderem menos recursos financeiros, apresentam custos operacionais menores, entretanto não despontam num ranking das mais modernas.

A opção de caminhos é uma decisão de extrema cautela e tem que ser absolutamente segura, sob pena de inviabilização do projeto, especialmente em se tratando de escolas cujas mantenedoras não recebam recursos governamentais.

Para a rede pública de ensino a grande decisão não depende normalmente dos diretores, nem das equipes locais, mas sim dos chamados "sistemas de ensino", coordenados pelos municípios, estados, distrito federal ou união, que administram as verbas destinadas aos estabelecimentos.

O ideal é aliar a modernização físico-tecnológica com a requalificação profissional dos docentes e pessoal de administração, com metas bem claras e definidas e conforme os anseios da sociedade mas o mais relevante é o crescimento de mentalidade que depende exclusivamente de cada um. Ver o mundo de uma forma diferente, abandonando alguns preconceitos e acreditar que o futuro já chegou tem que ser encarado por quem atua no campo educacional.

As "barreiras" técnicas e emocionais, com a mudança do perfil do educador, precisam ser ultrapassadas para que se atinja a verdadeira modernização das instituições de educação.

Perspectivas da educação nacional

Inicia-se um novo ano e, com ele, novos governos federal e estaduais. Os desafios a serem enfrentados são grandes, especialmente pelo fato de ter existido promessa de campanha de mudanças radicais em diversos segmentos, dentre as quais, na educação. Educar é crescer!

Há várias formas de medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Uma das mais eficientes é o acesso de seu povo à educação.

Nos últimos anos o Brasil experimentou avanços no setor, especialmente quanto à quantidade.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal, recentemente divulgado, ressaltou que a educação foi o impulso para melhorar a qualidade de vida nos municípios brasileiros. Os critérios de frequência escolar e os níveis de alfabetização contribuíram em 61 % para melhorar o índice; a expectativa de vida, isto é, a longevidade colaborou com 13% e o crescimento da renda, com 26%.

Muitas foram as cidades que subiram nesse ranking e demonstraram eficientemente que a concentração de atenção nos municípios representa um caminho certo a reversão de um amargo quadro notado ao longo dos séculos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases foi um marco referencial para mudanças, eis depositou nos Sistemas Municipais de Educação uma grande responsabilidade quanto à educação básica. Temos ainda números alarmantes de analfabetos (15 milhões de pessoas, correspondendo a 12,4% da população) e 21 milhões de jovens entre 12 e 17 anos à margem dos estabelecimentos, entretanto investir nas bases e evitar que crianças fiquem fora das unidades educacionais é tarefa permanente de todos os governos independente de bandeiras partidárias ou correntes políticas.

Vemos atualmente no Brasil experiências exitosas vindas das mais diferentes regiões; educadores dedicados são encontrados com extrema facilidade e os programas de capacitação e aperfeiçoamento dos docentes marcam positivamente as tendências futuras. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF (já prometido ser ampliado para toda a educação básica, com troca de sigla para FUNDEB), deu auxílio para melhor distribuição das verbas públicas. Há de se registrar também que a remessa ampla dos livros didáticos (110 milhões de obras que chegam a 34 milhões de estudantes) dá condições para o aperfeiçoamento dos conteúdos. O dinheiro chega mais rapidamente às escolas, face a um programa específico e as avaliações de qualidade, feitas por meios de diversos exames, vão permitindo uma reflexão pela comunidade educacional e pela sociedade, de uma forma geral.

A expansão do ensino superior, graças à presença positiva da iniciativa privada, ocorreu e precisa ser fortemente incentivada para que tenhamos números mais significativos de graduados e pós-graduados.

Dentro desse cenário e com fortes expectativas da sociedade, o novo Governo Federal assume prometendo, no setor, dois pontos primordiais: "criar uma mania de educação no país e fazer com que o brasileiro tenha orgulho da sua escola".

Os aspectos subjetivos fazem com que se busque motivação para as reformas estruturais.

O Executivo Federal já deixou público que pretende não parar nenhum dos projetos do governo que concluiu seu mandato. O novo Ministro chega a afirmar que "não vamos chegar ao Ministério mudando todo mundo de uma vez, parando coisas que estão indo. Algumas boas, eu diria até muitas."

No âmbito dos Estados a tendência também é de prosseguir programas herdados do período anterior nas Unidades da Federação onde aconteceram trocas dos governantes.

Existirá, com certeza, mudança de estilo, onde incansáveis reuniões e debates deverão trazer para a educação a marca registrada do partido do Presidente e do Ministro. Já se anuncia a criação do Fórum Nacional de Educação, por onde passarão as discussões antes de implementação. Todos terão direito a opinar e quem sabe, decidir. A estratégia traz para fora do Congresso Nacional o poder de representar o povo. Aliás, os Partidos Políticos aliados ao governo não têm maioria, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, o que impedirá, provavelmente, uma tramitação fácil de projetos de lei ou conversões de Medidas Provisórias.

A tônica versará sobre a melhoria de educação básica, tanto nas regiões mais ricas, como nas marcadas pela absoluta pobreza. A fome zero estará aliada à educação e o programa Bolsa Escola deverá ser ampliado, como novas variáveis.

A convivência do ensino público com o particular deverá permanecer nos níveis atuais, embora o mercado irá restringir a presença de escolas privadas em muitos locais. São anunciadas medidas de reanálise da expansão — considerada exagerada para muitos — do ensino superior particular.

O ensino médio e o profissional terão acréscimos, ampliando a base para o ensino superior.

A sociedade discutirá mais os seus direitos educacionais e o Poder Judiciário será chamado a decidir, com maior frequência, nas demandas envolvendo as relações juspedagógicas.

Outro setor que será alavancado será o da educação a distância, com uso das modernas tecnologias à serviço da educação.

São esperados outros programas, especialmente para atender à população de baixa renda.

Resta-nos, não só aguardar, mas pressionar para que exista uma democratização da educação em nosso País.

A educação e o cenário político brasileiro

Na Grécia antiga, antes de se estudar tecnicamente qualquer tema, avaliavam-se, politicamente, os melhores caminhos para as questões.

Essa sabedoria milenar foi seguida por centenas de povos, ao longo dos séculos, entretanto desprezada, no Brasil, especialmente nos últimos anos,

Em diversos setores, inclusive na educação, a praxe tem sido de iniciativas do Poder Executivo (Ministérios e Secretarias) que ditam e implementam normas, indo apenas ao Legislativo o que depende de um aval da Câmara dos Deputados ou Senado, na esfera federal e das Assembléias Legislativas, no Distrito Federal e Estados.

Poucos são os Projetos de Lei que se transformam em norma imperativa cujas origens sejam de Deputados ou Senadores; a quase totalidade veio por mensagens dos Chefes de Estados, pela via própria ou por meio de medidas provisórias.

Deixando-se de lado os municípios brasileiros com seus milhares de vereadores, há atualmente 1.059 legisladores estaduais e 594 federais (81 senadores e 513 deputados). Esse grande exército de parlamentares tem a função de representar o povo, propondo projetos, votando e fiscalizando os atos do Executivo e definindo as políticas públicas e verbas orçamentárias. Contrapõem-se a 27 Governadores e um Presidente da República que integram as lideranças maiores e coordenam as equipes técnicas, chefiadas por Ministros e Secretários.

O processo democrático permitiu que tivéssemos, no pleito de outubro de 2002, 12.727 candidatos para as Assembléias Legislativas, 4.904 para a Câmara dos Deputados e 347 para o Senado Federal. A correlação candidato/vaga, tão comum de aferização no setor educacional, ficou sendo, respectivamente, de 8,03; 10,46 e 15,56 (este último, tomando-se por base, as 54 vagas abertas esse ano). Os números estão bem acima da média dos cursos superiores em nosso país, se falarmos em concursos de acesso.

O novo Legislativo terá uma renovação de quase 50%, o que permite vislumbrar novas idéias para o Brasil.

Durante a campanha dos candidatos poucas foram as propostas claras e específicas para o desenvolvimento da educação. Falou-se muito em melhorar a qualidade, ampliar o acesso e aumentar vagas nas escolas públicas. Como falaram alguns cientistas políticos, eram "candidatos demais e propostas de menos.

Os partidos políticos, em número de aproximadamente trinta, não disponibilizaram, em sua maioria, projetos claros para a educação nacional ou estadual; alguns sequer os tinham, a bem da verdade.

Os novos governos têm desafios a vencer e os compromissos de campanha serão cobrados pelos milhões de eleitores, de forma direta, ou indireta, através das organizações.

Espera-se que o Legislativo não fique à reboque do Executivo e parta para iniciativas concretas, bem elaboradas e com reais chances de êxito, quando implementadas.

As comissões de Educação das casas legislativas funcionaram, no último período, com grande intensidade; sucessivas reuniões, audiências públicas, conferências e outros eventos fizeram com que o trabalho fosse bastante intenso, entretanto, os números de um balanço final da legislatura, irão apontar uma produção de leis que impactassem o cursos da história. Existiu eficiência, mas faltou

eficácia.

Maior significado teve o Plano Nacional de Educação, fusão de dois projetos distintos (um do Legislativo e outro do Executivo) e que foi transformado em lei. A longa tramitação fez com que o mesmo saísse obsoleto e os vetos do Presidente da República, praticamente o sepultou a nati-morta proposta. Surgiu, no quadro nacional a lei, mas como dizem "não pegou". A carência de um Plano é péssimo para o Brasil pois caminha-se à deriva e sem uma diretriz para Estados e Municípios. Raros foram os estudos com vistas aos Planos Estaduais e Municipais de Educação, exigidos, por sinal, pelos ditames federais.

Reformular o PNE é uma tarefa imediata do Congresso Nacional e ouvir a sociedade quanto aos seus anseios, vale mais do que reunir burocratas para gerar fórmulas milagrosas de salvação da pátria.

Outra importante missão da Câmara dos Deputados é prosseguir na Consolidação da Legislação da Educação. Antigo projeto, paralizado em sua tramitação há anos, objetiva congrega em texto único, o imenso número de atos que vigora e atormenta a quem se dedica a conhecer ou interpretar □ Direito Educacional.

Não se tem, ainda, o perfil exato do novo quadro de legisladores brasileiros. Também não há indicativos de composição das Comissões de Educação das casas do Legislativo. Espera-se que seja melhor do que a atual, que finda no final do ano de 2002 seus mandatos.

A escolaridade dos deputados federais eleitos caiu, se comparada com o quadro parlamentar de hoje. Antes, tínhamos 406 com curso superior completo; na próxima legislatura, 385; 2 apenas lêem e escrevem; 8 têm □ ensino fundamental; 10 chegaram a concluir esse nível; 6 o médio incompleto e 49 conseguiram acabar o ensino médio; por fim, 48 iniciaram uma faculdade mas não terminaram o curso.

Para avançarmos, uma excelente iniciativa, seria a de desregulamentação da educação. Precisamos de tantos atos para intervir no processo de ensino de quase 60 milhões de alunos matriculados em 200.000 estabelecimentos de ensino? Com certeza, não. A liberdade de ensinar e de aprender está prevista na Constituição Federal e as organizações têm maturidade suficientemente para gerir os empreendimentos; ademais, a sociedade que soube escolher seus representantes, conseguirá priorizar os bons projetos e relegar ao abandono os maus. E hora da auto-regulamentação da educação!

Por fim, valorizar a profissionalização de nível básico, deverá ter ftico especial. Afinal, pela primeira vez em nossa história, o Presidente da República chega ao Poder maior sem a diplomação superior. Caso a educação tivesse tido modelos eficazes, não encontraríamos esse cenário, pois inexisteria falta de oportunidade de instrução e de habilitação em nível superior para todos.

A avaliação da qualidade da educação

A qualidade da educação é tema que gera polêmica em todos os países e diversos modelos têm sido experimentados com resultados positivos ou negativos e grandes reflexos tanto nas instituições, como na sociedade.

Entidades governamentais e associações corporativas se revezam nessa função de conhecer e difundir os conceitos atribuídos. Há nações onde o Poder Público se mantém totalmente à margem dessa tarefa e organizações de renome nacional exercem, gratuitamente para os cofres públicos, com reconhecida eficiência, o trabalho que é feito pelos Ministérios ou órgãos educacionais. A delegação versus concentração se revezam em todos os continentes, com maior tendência para a última. O Brasil sempre adotou a centralização — aliás em praticamente todos os setores — herdando um modelo colonial e de resultados altamente questionáveis. Inexiste dúvida sobre a importância de se avaliar eis que, quando bem feita a análise, pode se transformar num poderoso subsídios para as reformas de sistemas.

Hoje, quando se divulgam os resultados, as reações são fortes, especialmente dos que não atingem suas expectativas. Aliás, a bem da verdade, isso sempre ocorreu ao longo da história do universo.

Os modelos avaliativos de sistemas nacionais ou internacionais de educação nunca deram certo, em termos absolutos. Comparar uma nação de primeiríssimo mundo com outra subdesenvolvida evidencia os desníveis e o grande abismo que separa os povos e, conseqüentemente, as escolas.

O Brasil foi recentemente reprovado numa avaliação mundial no campo da instrução, chegando à última colocação, numa análise comparativa feita entre 32 países. O PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), teste que mede a capacidade na leitura e compreensão, mostrou as dificuldades encontradas e os reflexos altamente negativos no cenário mundial. A chegada em último é, normalmente, humilhante e enche de vergonha quem participa da competição. Observando-se pelo lado dos ideais olímpicos — sempre evidenciado nessas ocasiões — diz-se que o importante é competir (e, muitas das vezes, realmente é). Poderíamos ter ficado livres desse vexame internacional se simplesmente não quizessemos entrar na avaliação. Estaríamos nos unindo a outros 200 países do mundo que optaram em não concorrer (ou simplesmente foram esquecidos pelos organizadores). Mas, acreditávamos que nosso ensino era bom e que tínhamos evoluído positivamente; através de uma decisão pessoal e sem se ouvir sequer os órgãos colegiados da educação — aliás hoje bastante desprestigiado pelo Governo Federal — participamos do concurso na esperança de chegar num grupo intermediário — e fracassamos totalmente, numa disputa desigual e envolvendo realidades sócio-educacionais absolutamente diferentes.

Não queremos, contudo, criticar simplesmente pelo fato de termos, mais uma vez, nos arriscado irresponsavelmente numa aventura que entristece toda a população brasileira. A sociedade clama pelo direito democrático de opinar em momentos decisivos. A consulta às bases é fundamental num mundo moderno. As pesquisas podem ser feitas, inclusive pelos meios eletrônicos ou através dos veículos que atingem à massa populacional ou, pelo menos, junto aos Conselhos de Educação ou Deputados e Senadores que, oficialmente, representam o povo. O hábito de decisões unilaterais pelo Ministério da Educação tem feito que — através do ensaio, com acertos e erros alguns se vangloriem nas vitórias e outros se encavernem nas fulgurantes derrotas.

Cláudio Moura e Castro, reconhecido educador brasileiro e com projeção

internacional, em recente conferência afirmou que em matéria educacional "temos mais túmulos do que monumentos". A linguagem figurativa evidencia que os projetos que deram certos são bem menores que os que foram definitivamente enterrados. Ocorre, entretanto, que acompanhamos ao longo de nossa história e com grande regularidade que são exumados os fragmentos de malfadados programas para se formarem "clones educacionais", gerando enormes monstros devoradores de verbas públicas e que têm vida efêmera mas alto poder de destruição. Assistimos passivamente a esses espetáculos grotescos e, o que é mais grave, pagamos alta soma social e financeira e ao final, sequer processamos os verdadeiros culpados pelos descalábrios governamentais. Voltado-se aos aspectos específicos da avaliação vimos no cenário do PISA, que a Finlândia foi a primeira colocada e o Brasil a última. Seria uma homenagem à Papai Noel, sempre tão esperado? Com certeza, não. As diferenças sociais são imensas e os modelos, altamente diferentes.

Chegando-se ao Brasil vemos em época quase idêntica, os resultados do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) onde comparamos os níveis de conhecimento de estudantes que recebem um belíssimo presente do "Bom Velhinho" e outros que sequer foram visitados ao longo de sua história pelo mesmo senhor dos sonhos. Jogam-se, para a opinião pública, os resultados como se fossem "sacos de rações" para alimentar os flagelados de uma enorme guerra. Pouco importa onde caíam e como são recebidos mas o importante é a pseudajuda humanitária.

A difusão de conceitos ou números absolutos dá a idéia de sucesso ou fracasso totalmente distorcida.

A Constituição Brasileira diz que "todos são iguais perante a lei" mas, na prática, somente perante a lei. A mesma Carta Magna afirma que deva haver ensino de qualidade e que compete ao Poder Público fazer a avaliação, entretanto não exige um modelo único para ser aplicado em todas as partes do país. Os números mostraram que os três primeiros colocados no ENEM são estudantes de escolas particulares da cidade de São Paulo; os três últimos não foram citados mas a tendência é de serem integrantes de classes sociais abandonadas pelas políticas públicas e terem estudado em colégios da alguma rede oficial.

Mais recentemente o Ministério da Educação difunde, de forma sensacionalesca, os resultados do Provão, onde diversos cursos foram avaliados num grande exame nacional de aferição de conhecimentos. As três unidades da federação mais bem sucedidas foram Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; as piores foram Tocantins, Roraima e Rondônia.

Não há condições de se comparar os desiguais, mas se enaltece, em valores plenos, o "bom ensino" nos primeiros e o "péssimo" nos últimos. O trabalho social dos desbravadores dos sertões no campo da educação não pode ser medido em igual prova em situações tão desiguais. Os alunos e professores de Brasília estão, sem dúvida, orgulhosos e os de Tocantins, revoltados. A mesma sensação que marcou finlandeses e brasileiros, na prova internacional de conhecimentos.

O que é mais grave é que se derrama sobre a comunidade ameaças e temores, com reflexos graves e conseqüências incalculáveis. Os "arautos do caos" ameaçam com a pena de fechamento faculdades que prestam grandes serviços e que suprem em localidades não atendidas pelo ensino público, a carência de escolas. O Governo Federal ou os governos estaduais, ao autorizarem o funcionamento desses cursos, já tinham a dimensão dos resultados que viriam alguns anos após. Dar esperança às cidades da chegada de um progresso educacional e depois retirar-lhes abruptamente esse direito subjetivo de aprender e ascender profissionalmente é mais cruel do que apresentar à criança o presente de

Natal e (ou, pior ainda, lhe ameaçar de tomar), às vésperas da festa O Ministério da Educação tem se apresentado como esse agente que dá o presente e quer lhe tirar quando o comportamento não é satisfatório. Deus, em sua sabedoria dá a vida mas não a tira porque o recém-nascido veio ao mundo com uma deficiência física ou mental. O sacrifício de jovens que vêm ao mundo com defeitos só ocorre nas tribos mais atrasadas e cruéis e a prática ainda hoje é notada apenas em relação aos animais considerados inservíveis para o trabalho. plenamente admissível a determinação de encerramento de atividades em casos justos e após uma análise específica de órgãos estranhos ao processo avaliativo. Cingir os atos à esfera burocrática e difundir os resultados sem sequer haver os direito de defesa é ilegal, imoral e injusto. Todas as tentativas de fechamento de cursos promovidas pelo MEC foram infrutíferas. Não ultrapassaram sequer as barreiras internas do órgão e, quando superadas, dificilmente têm consistência perante os Tribunais (não resistem à liminares concedidas por juízes de primeira instância, cujas petições tenham sido feitas pelos mais recentes estagiários de direito de um dos cursos ameaçados na lista oficial). Não adianta o Ministério ter reformulado sua estrutura e retirado o poder do Conselho Nacional de Educação nos processos de verificação final da avaliação trazendo para si — de forma autoritária e anti-democrática — as atribuições de "abrir" ou "fechar" cursos e credenciar ou descredenciar instituições. A reação imediata do Ministro da Educação quando o CNE resistiu à ordem de fechamento de determinado curso, esvaziando o colegiada educacional de maior relevância no cenário brasileiro e transferindo para a Secretaria de Educação Superior do MEC, equivale ao irmão mais forte que ameaça tirar da árvore de Natal o brinquedo da criança, às vésperas de 25 de dezembro. Na prática não acontecerão suspensões de vestibular nem fechamento de cursos, exceto para aqueles que ainda acreditam que inexistente Justiça no Brasil. Embora às vezes combatida e questionada não é totalmente cega, surda e muda. Temos é que encontrar mecanismos satisfatórios de correção das deficiências. O Brasil não acataria uma ordem da entidade que realizou o PISA (e colocou o país em último lugar) de fechamento da educação por seu péssimo desempenho na avaliação internacional. No campo do turismo, as cidades não aceitariam, a determinação da Embratur em lacrar as portas do hotel de última categoria, se não houver outra forma de acomodação dos seus hóspedes ou, na saúde, não se daria ordens de destruir o hospital, mesmo com deficiências de materiais ou de pessoal, sem planos alternativos de atendimento. Na educação se faz exatamente o inverso e alvoroça-se a sociedade. Os "talibãs da educação" destroem os "Budás" só pelo prazer de destruir e de aparecer. Impõe-se determinar responsabilidades, tanto para as escolas irresponsáveis como para os governantes inconseqüentes.

O Brasil não conseguiu, ainda universalizar o ensino de qualidade em todos os níveis, através das escolas de educação básica e superior mantidas pelo Poder Público. Enormes distorções ocorrem especialmente no ensino superior onde a rede oficial não avança em direção aos mais necessitados e a iniciativa privada supre essa enorme lacuna e contribuiu, de forma decisiva para o resgate da imensa dívida social acumulada ao longo dos séculos.

Democratizar as decisões é sinal de bom senso e é hora de se criar mecanismos capazes de permitir que a própria sociedade faça a seleção natural entre o bom, possível e o ruim. Não temos um programa de longo prazo para a educação no Brasil e os projetos são lançados — e retirados — ao sabor dos titulares das pastas da educação, tanto na esfera federal, como nas estaduais e municipais. Os desperdícios acabam sendo enormes e, ao invés de nos dirigirmos ao futuro, amargamos numa visão de passado. É hora de mudanças comportamentais e, mesmo reconhecendo o progresso conseguido em diversos

pontos, a sociedade exige o direito de participar nos grandes momentos nacionais, compartilhando os êxitos e também os fracassos. A avaliação foi só um bom exemplo para se debater a educação e muitos outros poderiam ser trazidos à tona para que se alavanque unia forte mudança nas práticas sociais e nas políticas públicas. Acreditamos no Brasil, no enorme poder de seu povo e das instituições e, face à isso, não envidaremos esforços para que nosso país alcance, com dignidade, posição de relevo no cenário mundial.

A Educação com base para o desenvolvimento

Recente pesquisa desenvolvida no Brasil mostrou que a educação não é um dos problemas mais graves do país, ocupando agora um modesto sétimo lugar no ranking da sociedade.

Segundo a enquete, desemprego, saúde, drogas, salário, segurança e corrupção superam, em muito, em número de respostas e apenas 14% dos entrevistados destacaram a educação como prioridade.

Essa visão do povo faz com que os projetos educacionais possam ficar relegados a planos inferiores na escala das desgraças sociais a serem enfrentadas e, se possível, superadas, ainda mais quando se anunciam resultados dos indicadores positivos na redução das taxas de analfabetismo, na permanência das crianças nas escolas e no número de estudantes matriculados nas escolas brasileiras.

As grandes decisões políticas, desde a época da Grécia antiga, devem vir sempre antes dos procedimentos técnicos e para que as mesmas sejam tomadas, exige-se maior pressão popular sobre os integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Numa primeira idéia a educação caiu no elenco de problemas, contudo, se aprofundarmos a apreciação notamos que praticamente todos os itens superiores têm ligações diretas com o nível de conhecimento da população.

O desemprego, campeão na gravidade das atenções, passa sem dúvida pela melhoria de desempenho da força de trabalho.

Análises consagradas no mundo inteiro dão conta de em todo o território nacional, possuindo vinculação com milhares de unidades educacionais e empresariais, organismos públicos e sociais e agentes propulsores da sociedade.

Possui convênios de cooperação técnica com grandes universidades brasileiras e estrangeiras e está vinculado às principais entidades que congregam instituições de educação. Suas atividades estão concentradas nas áreas de pesquisas, desenvolvimentos de recursos humanos, consultoria, publicações técnicas e informações educacionais.

Edita periódicos e outras publicações técnicas, que são distribuídos no Brasil e no exterior, como forma de promover a educação permanente e difundir estudos, pesquisas e informações.

EXPEDIENTE Diretor Responsável João Roberto Moreira Alves Diretora de Educação Ellen Desiderati Alves Diretor de Administração Eduardo Desiderati Alves Coordenação de Desenvolvimento Mara Lucia Machado Souza Coordenação Administrativa Geisler Ande Gonçalves Digitação e Diagramação Alcielli Cristina da Silva Impressão e Administração Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação Av. Presidente Vargas, 418 - 21º e 22º andares - Centro

que, quanto menor e o nível de instrução, menos chances existem quanto à oportunidade de postos de serviço. As taxas de analfabetismo funcional chegam a quase 30% no Brasil e, com o avanço tecnológico, a tendência é de aumento brutal de dispensa de trabalhadores que não consigam acompanhar a evolução das máquinas e dos sistemas num mundo globalizado.

A população jovem despreparada é levada à marginalidade, ao sub-emprego ou à economia informal.

Vincula-se, obviamente, educação e emprego e eleva-se, para posição mais de

destaque, a primeira

Um outro item - o quarto na lista de opções - é o salário, sendo desnecessário dizer que também a remuneração está em linha direta com a escolarização. As melhores faixas de remuneração são voltadas para quem possui cursos de nível superior, existindo muitas mostras dessa assertiva.

Saúde, drogas, segurança e corrupção são questões que passam pela educação e, se aprofundadas, têm suas origens - na maioria dos casos - nos pequenos níveis de instrução dos habitantes de nosso país.

Sem risco de erros a educação é o fator de progresso de um povo e correspondente à alavanca de seu desenvolvimento.

Exemplos vistos em diversos países mostram que políticas bem direcionadas fazem com que os recursos financeiros sejam multiplicados, eliminando-se o desperdício e reduzindo as injustiças sociais.

Há 25 anos que o país detém um título mundial pouco nobre: o de campeão da má distribuição de renda. Historiadores apontam as Capitânicas Hereditária e a escravidão como raízes do abismo entre ricos e pobres no Brasil. Desde os tempos de outrora a educação era dada com qualidade aos mais ricos e praticamente não existia para as classes populares. Hoje, mesmo havendo escolas praticamente para todos, os padrões qualitativos são baixos e o desempenho, fica muito a desejar.

Estudo realizado pela UNESCO dá conta que investimentos estão sendo feitos, entretanto a mentalidade educacional dos professores muda muito mais lentamente do que as leis, Concluíram os especialistas que não adianta baixar as exigências de aprovação do aluno para atender às necessidades administrativas pois os resultados educacionais permanecerão sendo maus.

O professor foi esquecido e sem ele não se concretizam as mudanças tanto nas escolas, como na sociedade.

Atualmente o aluno permanece mais na escola e em anos de estudos evoluímos de 5,3 em 1992 para 6,5 em 1999.

O IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, considera que a educação é a variável mais forte (e de execução mais prática) para se mudar o quadro.

Na nova economia a educação é um insumo cada vez mais importante. Com investimentos, políticas consistentes e continuidade, o Brasil melhora suas chances de prosperar.

Também vale comentar um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - que diz que o padrão visto no Brasil é de uma elite bem-educada e de uma massa de analfabetos e semi-analfabetos, provocando resultados de garantia de vagas nas universidades públicas - e gratuitas - para quem detém a maior parcela de riqueza. O próprio FMI sugere o pagamento do ensino superior por alunos com boas condições financeiras para que o governo federal possa aplicar recursos nos níveis fundamental e médio. O documento oficial do Fundo Monetário Internacional arremata dizendo que enquanto gastos do governo nos ensino médio e superior costumam ter impacto negativo na distribuição de renda, investimentos na educação infantil e no ensino fundamental têm efeito oposto.

O Brasil gasta cerca de 5% do PIB em educação, correspondendo à média dos países em desenvolvimento.

A maior causa da baixa qualidade da educação é a má administração dos programas, Faltam compromissos duradouros e segurança de implementação, mesmo com mudanças de governos.

Os gestores dos sistemas de ensino precisam ser aperfeiçoados e a capacitação de profissionais é imprescindível, dentro e fora das escolas. A nova legislação educacional transfere para os municípios a responsabilidade pela definição dos projetos regionais, notadamente na educação básica. Temos mais de 5.500 cidades espalhadas pelo Brasil atendendo a uma população de 160 milhões de habitantes, onde estão inseridos cerca de 40 milhões de estudantes.

O papel dos Secretários Municipais de Educação é importantíssimo para as mudanças, capacidade técnica para gerir os processos. Levantamento feito pelas entidades municipalistas de educação aponta que, pelos menos, 20% dos Secretários não possuem sequer o nível médio_ Em alguns Estados esse número eleva-se para 50% colocando em risco os planos, mesmo se bem concebidos.

O Brasil clama por uma educação de qualidade!

Talvez as pesquisas mal analisadas possam dizer que a educação não é mais problema nacional. Temos escolas distribuídas por uma grande parte do território e aumentou-se, um pouco, a remuneração dos professores. Também estamos distribuindo alguns incentivos para que as crianças não fiquem fora da escola. Distribuimos computadores para colégios livros e merendas e aperfeiçoamos docentes por modernas técnicas televisivas. Mas, é isso que o Brasil precisa? Talvez sim, mas é inadiável uma mudança de mentalidade dentro e fora dos muros escolares.

A transformação que se quer vai muito além das linhas de um imaginário e do âmage de todos os brasileiros.

Pretende-se urna escola com novos paradigmas e que esteja comprometida com os imensos desafios da modernidade.

Avaliação da qualidade do ensino

A avaliação da qualidade do ensino é um dos temas que tem sido mais enfocado e pesquisas educacionais, tanto no Brasil como no exterior.

Existem várias formas de aferir os níveis desenvolvidos por estabelecimentos de ensino tanto da rede pública, como da particular e a Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases definem que a mesma será feita pelo Poder Público. Em alguns países essa tarefa tem sido delegada, com êxito, a entidade especializadas permitindo um sistema eficaz e com menores custos.

O Brasil chegou a promover seminários e encontros para se conhecer as experiências de nações desenvolvidas e pessoas de renome no cenário mundial estiveram presentes possibilitando uma macro-visão dos participantes. Após as propostas que foram apresentadas o Ministério da Educação optou pela existência de três níveis de aferição, respectivamente para o ensino fundamental, médio e superior. O primeiro — o SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) mostrou já os primeiros resultados e nas análises técnicas apresentadas deixou claro que muito tem que ainda ser feito para se reverter um grande atraso que existe nos processos ensino-aprendizagem. As conclusões das análises apontam cerca de dez causas principais (na própria escola) e outras externas (sociedade). A avaliação é a cada dois anos e já foram feitas três (1995, 1997 e 1999) abordando as áreas de português e matemática.

Para o ensino médio a opção foi o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que começou como um processo espontâneo mas que a cada ano vem ganhando mais prestígio eis que seus resultados são utilizados por muitas instituições de ensino superior para acesso direto aos cursos de graduação. Tendo em vista ainda ser um procedimento relativamente recente não se tem um quadro exato dos números e qualidade no antigo segunda grau. Na área do terceiro grau (graduação) e quarto grau (pós-graduação) a tarefa tem sido mais complexa eis que o Executivo vem usando três estruturas diferentes, embora todas subordinadas ao Ministério da Educação: a Secretaria do Ensino Superior, a CAPES — Fundação Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior e o INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A Secretaria verifica as condições de oferta das instituições de ensino (aspectos físicos, professores, projeto pedagógico e outros itens acessórios); o INEP realiza o Exame Nacional de Cursos (Provão) e o último tem se limitado á verificação dos cursos de mestrado e doutorado.

Convém tecer alguns comentários sobre os sistemas ressaltando que a maior gama de experiência vem da CAPES que há vários anos verifica os mestrados e doutorados. Atualmente são cerca de 1.500 os programas de pós graduação e a verificação será trienal. Os resultados de todos os cursas são publicados e a comunidade científica vem acolhendo bem os conceitos atribuídos pelas equipes da instituição.

O outro mecanismo foi introduzido mais recentemente e alterou bastante o perfil do ensino de terceiro grau. O provão vem, anualmente, aumentando o número de cursos analisados e os impactos têm sido absorvidos de diversas formas pelo alunado e pelas faculdades, centros universitários e universidades.

O trabalho — a exemplo do SAEB e ENEM é realizado pelo INEP que tem aperfeiçoado o mecanismo a cada ano. Como último sistema de contexto superior a Secretaria ministerial resolveu fazer a avaliação das condições de ofertas dos cursos de graduação. O sistema adotado não apresentou resultados positivos pela diversidade de critérios das comissões de especialistas. Cada grupo adotou aspectos subjetivas, embora os padrões de roteiros fossem unificados.

A falta de êxito da modalidade fez com que o MEC resolvesse transferir ao INEP tal atribuição, a partir de 2001.

É uma medida acertada eis que o Instituto tem hoje muito mais experiência do que a SESU no campo da avaliação da qualidade de ensino. O aperfeiçoamento do sistema é esperado tanto pela sociedade, como pelos alunos e escolas de todos os níveis. A parte mais polêmica do processo de avaliação está, contudo, ainda para acontecer. Sempre se avaliou alunos, aspectos físicos das escolas, projetos pedagógicos e a realização por um ou diversos órgãos do governo não traz uma substancial diferença. O que nunca tinha sido aventado era avaliar o professor. Uma vez formado e habilitado para o exercício do magistério permanecia intocável até o momento em que se aposentava. O Executivo Federal anunciou a elaboração de um projeto de lei prevendo a avaliação dos docentes federais a cada dois anos, demitindo os reprovados. Para amenizar os impactos esse projeto, se aprovado, não se aplicaria aos 160 mil professores e servidores em atividades.

Correntes favoráveis e contrárias já buscam aliados_ Avista-se uma batalha no Congresso Nacional e os resultados ainda são imprevisíveis. Particularmente apoiamos a iniciativa do Governo. Por que não se aferir os níveis dos responsáveis principais pela condução da aprendizagem? Em outros segmentos já é praxe e a medida significa um avanço, especialmente no momento em que a evolução das ciências caminha a passos largos. Os docentes que avaliam permanentemente os seus alunos deveriam ser os primeiros a concordar com o processo e contribuir para que seja um sistema eficaz, propondo a medida tanto para os educadores das áreas privada como para a pública de todos os níveis e modalidades.

Em tempos de mudanças aceitá-las é um ato de grandeza e se esforçar para o sucesso é uma lição de sabedoria.

Educação a Distância

A educação a distância foi objeto de regulamentação no Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em diversos dispositivos, deixa registrada a possibilidade de sua existência em todos os níveis de ensino.

Fala, expressamente, no artigo 80, § 1.º, que a modalidade poderá ser oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

O texto legal (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) afronta à autonomia universitária e ao sistema federativo eis que as primeiras têm o direito constitucional consagrado pelo artigo 207 da Carta Magna de 5 de outubro de 1988 (que diz fala da existência da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial), enquanto os Estados, Distrito Federal e Municípios possuem o direito de autorizar e credenciar as escolas de educação básica no âmbito das suas áreas geográficas, assim como as de ensino superior por eles mantidas.

A rigor a União só tem poderes legais para credenciar as instituições federais (exceto as Universidades, em decorrência da autonomia já citada) e bem assim as escolas particulares não universitárias que são vinculadas pela Legislação ao Sistema Federal de Ensino.

Não cabe ao Poder Público Federal, portanto, credenciar e ditar normas sobre as casas de ensino superior mantidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como pelas escolas de educação básicas. No Brasil essa sistemática já existe para a educação, de forma geral, contudo para a modalidade de EAD vem se buscando tratamento diferenciado, afrontando às disposições do Direito Educacional.

Em termos de legislação nacional temos, além da LDB, os Decretos nos. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 e o 2.561, de 27 de abril do mesmo ano, que regulamentam o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases. O Decreto inicial dá as regras gerais para o credenciamento das instituições e o editado logo depois delega competência do Executivo Federal aos Sistemas de Ensino para promover os atos próprios, quando os programas forem voltados à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível médio. O mais recente decreto tenta corrigir a falha mas, na prática delega o indelegável eis que não lhe compete, pelas disposições gerais, tais atribuições. O direito já estava assegurado às unidades federativas pela Carta Constitucional. É, na verdade, um Decreto mais político do que legal.

A partir daí surge a Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1988, com as normas específicas para o credenciamento federal e alguns poucos pareceres do Conselho Nacional de Educação credenciando programas de graduação e pós-graduação (lato sensu) de universidades (federais, uma estadual e uma particular) e de uma faculdade isolada).

Os Estados têm baixado normas no âmbito de sua atuação sobre a matéria, envolvendo não só a educação básica, como a superior.

O CNE emitiu mais recentemente um Parecer — o de n.º 142/2001, da Câmara de Educação Básica, tendo como anexo duas resoluções que foram aprovadas pelo Ministro e transformadas em norma imperativa (as Resoluções CNE/CES n.º 1, que estabelece condições para o funcionamento de cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu e a n.º 2 que trata dos cursos ministrados por instituições estrangeiras. ambas de 3 de abril de 2001). A Resolução n.º 1 contém critérios sobre a EAD tanto para os cursos lato, como para os stricto sensu, com pontos específicos sobre procedimentos das instituições brasileiras.

A Secretaria de Educação a Distância do MEC disponibilizou alguns textos com linhas gerais de qualidade no campo da EAD, entretanto não lhe é atribuída competência para análise dos projetos dessa natureza, segundo os critérios do MEC. A análise dos processos é feita pela Secretaria de Educação Superior e pela CAPES-Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com parecer do Conselho Nacional de Educação, sujeito à homologação do Ministro da Educação e expedição de Portaria específica para cada caso.

Essa é a síntese das disposições legais que versam sobre a EAD no Brasil. Embora existam erros técnicos e invasão de competência tanto das Universidades, como dos Sistemas Estaduais de Ensino, os mesmos não foram ainda contestados administrativa ou judicialmente e, por isso, ficam valendo. Há, segundo informações, diversos projetos aguardando apreciação pelo MEC, sendo provável o credenciamento de diversas instituições num futuro próximo.

Apesar de termos regulamentação as vemos com determinação expressa de obrigatoriedade de "provas e atividades presenciais", restringindo sensivelmente a abrangência da EAD. Avançamos, mas nem tanto, quando temos um país com dimensões continentais. Exigir o comparecimento aos centros acadêmicos para aferição do conhecimento é negar a validade ampla da educação a distância e, mais do que isso, não confiar nos meios corretos de avaliação já obtidos tanto em países do primeiro mundo como também nas nações em desenvolvimento. Por fim a medida contraria a determinação da LDB de que diz que cabe às instituições de ensino definir os projetos pedagógicos.

Educação a distância é consagrada no mundo inteiro como uma modalidade de educação, podendo ser usada alternadamente com a educação presencial, a critério do estudante. Não há aluno para um ou para outro sistema, podendo, a seu critério, em determinadas ocasiões assistir às aulas convencionais e, em outros, estudar com o uso dos meios alternativos. Essa é a riqueza da EAD e a razão de sua existência,

Uma vez autorizada a instituição para ministrar um determinado curso (ou uma Universidade ou Centro Universitário) deposita-se no mesmo os poderes para ministrar o ensinamento. Modalidade (presencial ou a distância), bem como os demais aspectos, compete à própria comunidade educacional. Assim ocorre num mundo moderno, onde a essência está na liberdade de aprender e de ensinar.

As diretrizes orçamentárias e seus reflexos na educação

Os países definem seus projetos prioritários através de disposições contidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Os recursos financeiros alavancam o desenvolvimento e permitem que o Poder Público execute, ao lado da iniciativa privada, o progresso das nações. Em nosso país as linhas globais para a alocação das verbas federais para o primeiro ano do século 21 já foram apresentadas, através da lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000. É um longo texto que, em seus 93 artigos e anexos lista os programas e ações. A prioridade absoluta prevista na imperativa é de aplicações dos quantitativos financeiros através das entidades públicas, ressalvando-se a possibilidade de apoio a organizações privadas desde que sem finalidade lucrativa e que preencham uma série de requisitos. Além da destinação dos percentuais previstos na Constituição Federal para a educação a LDO lista os programas e julgamos importante comentá-los.

1. - Aceleração da Aprendizagem, que objetiva assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental;

2. - Captação de Recursos Humanos para a pesquisa, tendo como meta ampliar a capacidade de responsabilidade do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores;
3. - Desenvolvimento da Educação Especial, com a ampliação e melhoria da oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais;

3. – Desenvolvimento da Educação Especial, com a ampliação e melhoria da oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais;

4. - Desenvolvimento da Educação Profissional , objetivando ampliar a oferta de vagas e melhoria da qualidade da educação no segmento;

5. - Desenvolvimento do Ensino de Graduação, para o crescimento da oferta de vagas e melhoria do ensino;

6. - Desenvolvimento do Ensino Médio, com os mesmos objetivos;

7. - Educação Ambiental, para promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais;

8. - Educação de Jovens e Adultos, para contribuir com os que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria;

9. - Escola de Qualidade para todos visando contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade;
10. - Paz nas Escolas , tendo como meta a redução da violência entre jovens e adolescentes nas escolas do país e

11. - Qualificação Profissional do Trabalhador, para aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e elevando sua produtividade e renda.

As enormes carências sociais acumulada ao longo dos anos exigem mais ousadia e programas mais pontuais. Provavelmente em 2001 já teremos em vigor o Plano Nacional de Educação, aprovado na Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal. Aludido projeto estabelece ações para os próximos dez anos e deve balizar as políticas públicas para o progresso_

Os desafios da modernidade pressionam todos os segmentos e a falta de recursos aumenta o abismo tecnológico que separa os países do primeiro e terceiro mundo.

No ranking de desenvolvimento humano da América Latina e Caribe onde participam 33 países, ocupamos um modesto 190 lugar e, para melhorarmos nossa projeção no cenário mundial os investimentos em educação são imprescindíveis.

Cabe aos parlamentares federais a missão de definir o orçamento da União e destinar os recursos para os projetos de educação, ampliando os horizontes lançados pelo Executivo para o próximo ano.

Um dos pontos que deve preocupar os Deputados e Senadores é a baixa qualificação dos eleitores do Brasil. Somos o 50 maior eleitorado do mundo (superados apenas pela Índia, Rússia, Estados Unidos da América e Indonésia) com 109 milhões de votantes. Desse universo 70 milhões não possuem sequer o primeiro grau completo e apenas 2% do quadro nacional concluiu o curso superior. O grande colégio eleitoral irá eleger 59.525 vereadores e 5.506 prefeitos que ao lado dos 1059 deputados estaduais, 513 deputados federais e 81 senadores integram o legislativo nacional.

Não se tem um quadro plenamente confiável do nível de escolarização da classe parlamentar, contudo sabemos que muitos não conseguiram se graduar em nível médio ou superior.

Aliás, a baixa formação profissional ocorre também no Executivo e 19% dos secretários municipais de educação não chegaram a ingressar em qualquer instituição de ensino superior.

Segundo estudos da Unesco (Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) quanto maior é o grau de conhecimento do secretário de Educação, maior é a eficiência do sistema.

Registra-se também que 62,4% dos Secretários são filiados a algum partido político. A exemplo da Lei de Diretrizes Orçamentárias Nacional há real situação idêntica nos Estados e Municípios e normalmente as propostas partem do Executivo para votação pelo Legislativo.

Não há dúvidas de que a educação registrou os maiores avanços na década e o percentual de crianças fora da escola de 16,2% para 4,3%. O analfabetismo também reduziu da vergonhosa marca de 18,2% para 12,3%. É certo ainda que a população jovem é a que mais sofre os reflexos de uma educação de baixa qualidade.

A sociedade é, contudo, omissa na formulação das leis e, especialmente, na de diretrizes orçamentárias. Há falta de grandes projetos nacionais que possam constituir bandeiras de lutas em prol da educação e isso obscurecerá o limiar de um novo século.

Existe ainda tempo de se reverter esse quadro um tanto melancólico em termos de motivação para um povo que não conseguiu vibrar com as comemorações do 50 centenário do descobrimento e que áreas sociais não têm grandes esperanças para o amanhã. A educação tem hoje apenas 4% do Produto Interno Bruto e o Plano Nacional de Educação propõe 7%. Essa diferença ainda que pequena para resgatar a cidadania de milhões de brasileiros, já ajudaria para nos aproximarmos das nações do primeiro mundo.

Talvez esse possa ser um dos grandes temas para debate na anunciada Conferência Nacional de Educação que deverá mobilizar brasileiros em novembro

vindouro.

Temos que nos preocupar fortemente em ingressarmos dignamente no século 21, contudo, para muitos, está sendo ainda bastante difícil conseguir sair das amarguras do século 19. O Congresso Nacional , quando for aprovar a destinação dos recursos do orçamento da União, deve ter em mente que os projetos educacionais não se limitam às propostas do executivo. Afinal, cabe aos legisladores representar o povo e atender aos anseios da sociedade, preparando os alicerces para um Brasil sempre melhor.